

2.º CICLO
ESTUDOS AFRICANOS

Uma abordagem política e económica entre China e Angola

Beatriz Castro Rodrigues

M

2021



Beatriz Castro Rodrigues

Uma abordagem política e económica entre China e Angola

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, orientada pelo Professor Doutor José Maciel Honrado Morais Santos e pela Professora Doutora Cátia Miriam Costa.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020/2021

Beatriz Castro Rodrigues

Uma abordagem política e económica entre China e Angola

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, orientada pelo Professor Doutor José Maciel Honrado Morais Santos e pela Professora Doutora Cátia Miriam Costa.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Dedicado à memória do meu pai José Rodrigues!

Sumário

Declaração de honra.....	4
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Lista de abreviaturas e siglas	11
Introdução	13
1 Estratégia metodológica e fontes.....	16
1.1 Constrangimentos operacionais	18
1.2 As Hipóteses de trabalho	18
2 Revisão de Literatura: Conceitos e Teorias	20
2.1 Soft-Power	20
2.2 Diplomacia	20
2.3 Modo Angola	23
2.4 Investimento Estrangeiro Direto.....	24
3 Política chinesa em África.....	26
3.1 Contextualização das Relações Sino-Africanas	26
3.2 Estado atual das relações Sino-Africanas.....	33
3.3 Uma cooperação concorrencial com a das antigas metrópoles	36
3.4 A Cooperação no Setor de Energia e a BRI	39
3.5 O crescimento do comércio bilateral e investimento.....	41
3.5.1 A Dimensão política do Investimento chinês e a reação dos concorrentes.....	45
4 Política Chinesa em Angola	49
4.1 Contextualização das Relações Sino-Angolanas	49
4.2 As relações bilaterais depois de 2002.....	51
4.3 China-Angola e a Cooperação.....	57
4.4 O petróleo nas relações China-Angola.....	60
4.5 O Petróleo nas Relações bilaterais China-Angola	65
5 Resultados de Pesquisa	68
5.1 Resultados de pesquisa e validação empírica das hipóteses.....	68
Conclusão ou Considerações Finais.....	78
Referências Bibliográficas.....	82

Anexos	87
Anexo 1- Exportações de Angola entre 2002-2019	87
Anexo 2- Importações de Angola entre 2002-2019.....	88
Anexo 3- Contratos de Construção entre 2005 e 2019	89
Apêndices	93
Apêndice 1- Mapa da Conferência de Bandung	93
Apêndice 2- China doa dinheiro a projetos agrícolas	94
Apêndice 3- Angola e China avaliam cooperação.....	96
Apêndice 4- Ministro da Defesa aposta no estreitamento da cooperação com a China para fazer andar projetos prioritários das FAA.....	97
Apêndice 5- Angola e China reforçam relações de cooperação	100
Apêndice 6- Angola e a China alargam avenidas de cooperação	102
Apêndice 7- Empresários chineses apostam no interior do país.....	106

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 14/06/2021

Beatriz Castro Rodrigues

Agradecimentos

Venho por este meio agradecer ao meu orientador e professor, Doutor José Maciel Honrado Morais Santos, e à minha coorientadora e professora, Doutora Cátia Miriam Costa, pelo tempo e paciência que sempre disponibilizaram na realização desta dissertação.

Agradeço à Bárbara, ao Daniel, à Inês e à Fátima pelo incentivo e pela força que sempre me deram para que a realização desta dissertação fosse possível. Um profundo agradecimento à minha amiga Célia Vale por toda a ajuda e paciência que teve comigo.

Agradecer a toda a minha família, à minha mãe, irmão e avós, por toda a que me deram durante este processo. Agradeço especialmente ao meu tio Gil Antunes por sempre acreditar nas minhas capacidades e por sempre me ajudar ao longo da minha vida e percurso académico.

Em último, gostaria de agradecer a todos os professores e ao corpo diretivo do Mestrado em Estudos Africanos.

Resumo

Com o fim da guerra civil no ano de 2002, Angola vê-se obrigada a pedir ajuda à comunidade internacional de maneira a tentar reconstruir o país que havia sido destruído. Perante as duras exigências dos países ocidentais, Angola viu na China uma oportunidade para conseguir responder às dificuldades económicas pelas quais o país passava.

Atualmente, Angola é já o maior parceiro comercial da China no continente africano, podendo estas relações ser definidas tanto no ramo político como económico. No ramo político, Angola é considerada um aliado na política externa chinesa e na sua ascensão na zona do pacífico como na importância que esta representa no seio das Nações Unidas. No ramo económico, Angola fornece recursos naturais estáveis em troca de investimentos em diversos setores da economia angolana.

Este trabalho pretende analisar as relações bilaterais entre os dois países, partindo sempre de uma perspetiva histórica.

Palavras-chave: [Angola, China, Cooperação, Relações Bilaterais]

Abstract

With the end of the civil war in 2002, Angola is forced to ask the international community for help to rebuild the country that had been destroyed. Faced with the harsh demands of Western countries, Angola saw in China an opportunity to be able to respond to the economic difficulties that the country was going through.

Currently, Angola is already China's largest trading partner on the African continent, and these relationships can be defined both in the political and economic fields. In the political field, Angola is considered an ally in Chinese foreign policy and in its rise in the Pacific zone as well as in the importance it represents within the United Nations. In the economic field, Angola provides stable supply of natural resources in exchange for investments in various sectors of the Angolan economy.

This work intends to analyze the bilateral relations between the two countries, always starting from a historical perspective.

Key-words: [Angola, China, Bilateral Relations, Cooperation]

Índice de Figuras

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO SETOR PETROLÍFERO DE ANGOLA	65
FIGURA 2 - PROPOSTAS DE INVESTIMENTO REGISTRADAS	73

Índice de Tabelas

TABELA 1 – INVESTIMENTO DIRETO CHINÊS NA ÁFRICA SUBSARIANA (2005-2020).....	43
TABELA 2 - VISITAS OFICIAIS (1993-2016).....	51
TABELA 3 - EMPRÉSTIMOS CHINESES A ANGOLA (2003-2016).....	56
TABELA 4 – FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES.....	68
TABELA 5 - EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO ANGOLANO (2002-2019)	69
TABELA 6 - IMPORTAÇÕES DE ANGOLA (2005-2019)	70
TABELA 7 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (2005-2019).....	71
TABELA 8 – TAXA DE DESEMPREGO EM ANGOLA (2006-2010).....	75
TABELA 9 – VALIDAÇÃO DE HIPÓTESES	77

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE ANGOLA EM 2010.....	60
GRÁFICO 2 - ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE ANGOLA EM 2020.....	60
GRÁFICO 3 - EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO DE ANGOLA (2007)	61
GRÁFICO 4 - EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO (2019)	61
GRÁFICO 5 - PRODUTO INTERNO BRUTO DE ANGOLA (2000-2019)	75

Lista de abreviaturas e siglas

AIPEX	AGÊNCIA DE INVESTIMENTO PRIVADO E PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
BM	BANCO MUNDIAL
BNA.....	BANCO NACIONAL DE ANGOLA
BP.....	BANCO DE PORTUGAL
BRI	BELT AND ROAD INITIATIVE
CCB.....	CHINA CONSTRUCTION BANK
CDB	CHINA DEVELOPMENT BANK
CIF	CHINA INTERNATIONAL FUND
CITIC.....	CHINA INTERNATIONAL TRUST AND INVESTMENT COMPANY
FMI.....	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FNLA.....	FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
FOCAC.....	FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION
FIE.....	FOREIGN INVESTMENT ENTERPRISE
GRAE.....	GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DE ANGOLA NO EXÍLIO
GRN.....	GABINETE DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL
IDE.....	INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO
MINFIN.....	MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA
MOFCOM.....	MINISTRY OF COMMERCE THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA
MPLA.....	MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
NDRC.....	NATIONAL DEVELOPMENT AND REFORM COMMISSION
NEA.....	NATIONAL ENERGY ADMINISTRATION
OMC.....	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
ONU.....	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PCC.....	PARTIDO COMUNISTA CHINÊS
PIB.....	PRODUTO INTERNO BRUTO
RPC.....	REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
SINOPEC.....	CHINA PETROLEUM & CHEMICAL CORPORATION

SONANGOL.....SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
UA.....UNIÃO AFRICANA
UE.....UNIÃO EUROPEIA
UNITA.....UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA
URSS.....UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
ZEE.....ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

Introdução

O estudo realizado, debruça-se sobre as relações bilaterais entre a China e África, com enfoque em Angola. Deste modo, pretendemos entender e analisar a recente aproximação sino-angolana. Desde a formação da República Popular da China, em 1949, até aos dias de hoje temos assistido a um exponencial crescimento do país quer internamente, quer externamente. Este rápido crescimento da economia chinesa tem sido alvo de diversos estudos e análises ao longo destes últimos anos. Isto deveu-se ao facto de a China se ter tornado o centro das manufaturas do mundo e um dos principais destinos de investimento estrangeiro. Com base nisto, o país tornou-se a segunda maior economia do mundo, necessitando cada vez mais de outros mercados que possam suprir as suas necessidades. O investimento chinês em África surge com mais força a partir de 1993, pois a China passa da condição de exportadora para importadora de petróleo. O Médio Oriente é caracterizado por vários conflitos petrolíferos, representando África as melhores condições de segurança e abundância do produto para a RPC.

A China viu em África uma excelente oportunidade de estabelecer negócios e de conseguir escoar os seus produtos no vasto mercado africano. Rapidamente implementaram uma estratégia diplomática para começar a desenvolver várias áreas de cooperação com os diversos países do continente. Esta diplomacia económica passava por oferecer oportunidades de investimentos e empréstimos em troca de recursos naturais, nomeadamente o petróleo.

Nos anos 90, a China viu-se na necessidade de reestruturar a sua política externa, passando a basear-se numa diversificação das fontes de energia e procura de novos parceiros comerciais. Através das suas políticas de Soft-Power, através do Investimento Direto Externo (IDE), permitiram à China garantir o fácil acesso aos recursos naturais, o acesso a novos mercados e a novas matérias-primas. Dentro dos países africanos, Angola é hoje o maior parceiro comercial da China, tendo o comércio bilateral entre os dois países atingido os 26 mil milhões de euros no ano de 2019.

Contudo, nem todos estes aspetos se refletem como positivos para o continente africano. A presença da China no território gera alguma controvérsia e algumas críticas por parte dos países ocidentais. A construção de infraestruturas básicas (como hospitais, escolas, centros de saúde, universidades) nos principais setores da economia dos países africanos, faz com que o tecido empresarial seja substituído pela mão de obra chinesa. Muitas vezes esta presença é vista como uma tentativa de neocolonização dos países africanos. O que é facto, é que esta presença tem vindo a reforçar o poder das elites destes países, onde Angola não é exceção. Isto acontece porque um dos princípios pelo quais a China se rege é o de não intervenção nas políticas de cada país, acabando indiretamente por reforçar alguns sistemas políticos, como os regimes totalitários.

Angola surge como caso de estudo, visto que a presença chinesa no país tem vindo a aumentar significativamente ao longo dos últimos 20 anos, mais especificamente a partir de fim da guerra civil no país em 2002. Esta aproximação permitiu uma intensificação das trocas comerciais, um estreitamento das relações políticas com permanentes visitas de estado de parte a parte e o estreitamento das relações no campo da cooperação para o desenvolvimento. O petróleo sempre assumiu um papel muito importante nesta relação, sendo o produto principal nas trocas comerciais entre os dois países. Mas para além do petróleo, é possível verificar a presença chinesa em setores como os transportes e a construção. Atualmente, a China tem vindo a intensificar o seu investimento em áreas como a agricultura e a pesca, sendo estas uma parte importante da economia angolana.

Posto isto, o estudo em questão visa debruçar-se sobre as relações bilaterais entre China e Angola. Os objetivos passam por compreender quais as principais razões para esta aproximação chinesa ao continente africano e, conseqüentemente, a Angola; e perceber quais os termos que definem as relações entre estes dois países. Sendo estes os objetivos principais, as duas questões que se levantam são: Em que medida se define as relações sino-angolanas? Será uma relação meramente económica ou terá interesses políticos? Com base nestas duas questões centrais, outras perguntas se levantam, como: Quem define os termos desta relação? Estará Angola condenada a ser um mero exportador de produtos para a China? Existirá uma verdadeira paridade nestas relações?

Será necessário também abordar conceitos e teorias importantes para o progresso da dissertação, sendo as que se destacam mais a política de soft-power, a diplomacia, o Modo Angola e o Investimento Direto Estrangeiro.

No que diz respeito à estrutura desta dissertação, a mesma foi dividida em dois grandes capítulos (um que diz respeito à política chinesa em África e o segundo à política chinesa em Angola). Na introdução, procura-se fazer uma explicação do tema e do quadro conceptual que permite desenvolver a problemática; a justificação da pertinência do tema e o porquê da cronologia escolhida; abordagem das questões de partida; uma apresentação breve do Estado da Arte e apresentação das hipóteses. No capítulo 1 tem lugar a apresentação das estratégias metodológicas, as fontes adotadas para esta dissertação, bem como os constrangimentos que surgiram ao longo do percurso de investigação. No capítulo 2 aborda-se as hipóteses de trabalho e a importância das mesmas. Já no capítulo 3, discute-se alguns conceitos e teorias essenciais para a elaboração deste trabalho, sendo estas a política de soft-power, o conceito de diplomacia, o Modo Angola e o Investimento Direto Estrangeiro. O quarto capítulo diz respeito à política chinesa no continente africano, apresentando em primeiro lugar uma contextualização teórica destas relações até aos dias de hoje, procurando compreender o desenvolvimento do comércio bilateral, da cooperação e do investimento chinês em África. O capítulo 5 diz respeito às relações bilaterais entre China e Angola entre os anos 2000 e 2020. Neste capítulo pretende-se, numa primeira fase, abordar o contexto histórico desta relação e como esta foi se desenvolvendo com o passar dos anos. Numa segunda fase aborda-se as relações económicas, a cooperação bilateral e a importância do setor do petróleo nas relações sino-angolanas. O capítulo 6 diz respeito à apresentação dos resultados de pesquisa e da validação de hipóteses. Por último as considerações finais, onde se aborda as principais conclusões acerca do trabalho realizado, bem como as principais limitações e problemas.

1 Estratégia metodológica e fontes

O processo investigativo passou por várias etapas, desta forma é essencial exemplificar de que forma os métodos foram aplicados.

Segundo Gil (2008), as pesquisas podem ser classificadas em três grupos: os estudos exploratórios, os estudos descritivos e os estudos que verificam as hipóteses causais. A pesquisa exploratória tem como principal objetivo esclarecer, desenvolver e alterar os conceitos e as ideias, tendo em consideração a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros. A pesquisa descritiva tem como principal propósito descrever as características, através de técnicas padronizadas, de determinada população ou fenómeno. Por último, a pesquisa explicativa tem como finalidade identificar certos fatores que determinam ou que, de certa forma, contribuem para a ocorrência de certos fenómenos.

Posto isto, a presente investigação pode ser caracterizada como uma pesquisa exploratória-descritiva, pois pretende criar uma maior familiaridade com o tema em análise.

No que diz respeito às fontes de informação, temos as fontes primárias, as fontes secundárias e as fontes terciárias. Podemos definir como fontes primárias aquelas que contêm uma informação nova e original, como as publicações impressas (periódicas e não periódicas), documentos audiovisuais e eletrónicos. Já as fontes secundárias são aquelas que contêm preferencialmente a informação sobre os documentos primários ou sobre os resultados do seu processamento ou análise documental, ou seja, estas fontes resultam da análise documental das fontes primárias submetidas à descrição, condensação, ou qualquer tipo de organização para as tornar mais acessíveis para quem as consulta. Por fim, as fontes terciárias resultam do tratamento (recompilação e abstração) da informação secundária e, em alguns casos, da informação primária. Podemos considerar fontes terciárias as bibliografias de bibliografias, as listas temáticas de matérias e os tesouros (Peixoto, 2016).

As relações entre China e Angola são bastante complexas e suscetíveis a várias interpretações. Com este projeto de investigação, pretendo abordar estas mesmas

relações numa perspectiva histórica de forma a conseguir responder às questões levantadas.

De modo a conseguir responder às questões centrais da investigação e das hipóteses levantadas recorri a relatórios oficiais (Banco Nacional de Angola, Banco de Portugal, SONANGOL, Banco Mundial), jornais locais (Jornal de Angola e Novo Jornal), dados estatísticos (Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações e The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation) e alguns trabalhos científicos que possam ajudar a responder a estas questões.

Os jornais como fontes de dados vão assumir um papel preponderante ao longo deste processo investigativo, sendo os escolhidos o Jornal de Angola e o Novo Jornal. Segundo Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira (2008), o jornal assume-se como parte importante na investigação documental, tendo o investigador que cumprir três objetivos centrais com o intuito de os analisar, sendo eles:

- Colheita de informações brutas sobre um dado fenómeno social;
- Salientar o conteúdo da informação difundida;
- Relevar o tipo de impacto que determinada informação difundida tem sobre segmentos de opinião;

Considerando o enquadramento metodológico e os objetivos da dissertação, a mesma serviu-se da aplicação de várias técnicas, sendo elas: leitura e análise de bibliografia geral e específica, publicações, investigações, notícias e relatórios. Para a leitura geral e específica foi necessário recorrer à elaboração de uma tabela, de forma a conseguir agrupar toda a informação recolhida. Para a recolha de bibliografia, a Internet foi um recurso muito importante, pois permitiu encontrar a informação necessária em bibliotecas digitais, em repositórios, em revistas online, entre outras. Após a recolha da informação bibliográfica, a mesma foi cuidadosamente organizada numa tabela, elaborada pela própria autora, de forma a ter os autores, os conceitos, os temas, os assuntos tratados estruturados numa tabela excel. O mesmo método foi utilizado para os relatórios do BNA, BP, SONANGOL, AIPEX e American Enterprise Institute. Já no que respeita aos jornais selecionados para esta investigação, a escolha foi baseada na disponibilização da informação online. A autora optou, em primeiro lugar, pelo Jornal

de Angola por ser um jornal afeto ao governo e por ter imensa informação disponível relativas às relações entre a China e Angola. O Novo Jornal foi escolhido para que se conseguisse ter uma perspetiva de um jornal que fosse mais da oposição e, conseqüentemente, a forma e os modelos das notícias seriam, por si só, diferentes.

1.1 Constrangimentos operacionais

Uma das grandes limitações ao longo deste projeto de investigação prende-se com a dificuldade de acesso a relatórios/documentos oficiais chineses. Para além de a língua ser o principal entrave, o acesso aos sites oficiais demonstrou ser um grande desafio, visto que, maior parte das vezes o acesso a documentos não estava disponível. Por essa mesma razão, recorreu-se com mais frequência a documentos e relatórios oficiais de Angola, de forma a suprimir a falta de informação.

É necessário compreender que esta análise de dados baseada nos jornais pode ser um pouco tendenciosa, visto que muita das vezes têm um caráter opinativo.

Outro ponto a ter em consideração são os relatórios dos Bancos, podendo a informação não corresponder totalmente às realidades práticas. No que diz respeito aos relatórios da OCDE, do Banco Mundial e do FMI foram bastante difíceis de encontrar, o que dificultou a recolha de dados para se conseguir retirar conclusões.

1.2 As Hipóteses de trabalho

As formulações de hipóteses apresentam-se como uma das partes mais importantes do processo de investigação, de forma a tentar explicar o que se desconhece e, assim, conseguir chegar aos resultados pretendidos.

Segundo Rudio (1980), as hipóteses surgem como parte de um processo investigativo e são elaboradas por base em suposições, tendo esta uma característica provisória, podendo vir a ser validada ou não. A formulação de hipóteses apresenta-se como parte importante do processo de investigação para se conseguir chegar aos resultados de pesquisa pretendidos. O seu papel fundamental é apresentar sugestões para os fatos apresentados. Segundo Maxwell (2011), as hipóteses devem levar à verificação empírica.

“Muitas definições são propostas para o termo hipótese. Para Goode e Hatt (1969, p.75) “é uma proposição que pode ser colocada à prova para determinar a sua validade”. Neste sentido, hipótese é uma suposta resposta ao problema a ser investigado. É uma proposição que se forma e que será aceite ou rejeitada somente depois de devidamente testada”. (Gil, 2008, p.41)

Com a formulação das hipóteses que seguem abaixo pretendo orientar as minhas respostas.

O principal objetivo deste projeto passa por responder às seguintes questões: Em que medida se define as relações sino-angolanas? Será uma relação meramente económica ou terá também interesses políticos? Com base nestas duas questões centrais e com a leitura sobre este tema foram surgindo outras questões, também elas essenciais, com o intuito de conseguir chegar a um resultado concreto. Tendo em consideração isto, as questões que foram surgindo são: Quem define os termos desta relação? Estará Angola condenada a ser um mero país exportador de produtos para a China? Existirá uma verdadeira paridade nestas relações e negociações?

Posto isto, nesta investigação, a abordagem metodológica é de pendor quantitativa, sendo então caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto no que respeita à coleta de informações e no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas (Maxwell, 2011).

O método quantitativo procura a validação das hipóteses de acordo com a estruturação dos dados, com uma análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ou seja, o método quantitativo, procura quantificar os dados e generalizar os resultados para os interessados. O método quantitativo será utilizado para analisar os relatórios do Banco Nacional de Angola, do Banco de Portugal e da SONANGOL.

2 Revisão de Literatura: Conceitos e Teorias

2.1 Soft-Power

O conceito de soft-power foi introduzido nos anos 90 por Joseph Nye e rapidamente foi um termo que se tornou central na análise da política externa. Segundo Nye (1990), o soft-power é uma capacidade de um país ou ator ser capaz de obter as suas pretensões através da persuasão ou atração. Segundo Catarina do Carmo (2013), o soft-power baseia-se em três fontes, sendo elas, a cultura, os valores políticos e a política externa.

No que à China diz respeito, o soft-power surge muito ligado à política externa e, conseqüentemente, aos seus interesses económicos. Para Eleanor Albert (2018), o Soft- Power pode ser entendido como uma medida de atratividade Internacional de um país e a sua capacidade de influenciar outros países e públicos. Com isto, a China tem vindo a desenvolver uma rede Internacional de network e estabelecendo centros de estudos culturais em todo o mundo. Várias são as ferramentas de Soft-Power utilizadas por Pequim, sendo elas a Belt and Road Initiative, os programas de ajuda internacional (são programas baseados nas relações sul-sul; são caracterizados por serem empréstimos sem juros e concessionais; são programas essencialmente bilaterais e que não impõem condicionalidades; e abrangem áreas como a saúde, a agricultura e a governação), a promoção da língua chinesa através dos vários Institutos Confúcio espalhados mundo, o intercâmbio educacional e a expansão dos média e ícones.

Com isto, a RPC tente exportar a sua cultura, os seus valores e as suas instituições de modo a conseguir inspirar a confiança e respeito dos restantes países e atores internacionais.

2.2 Diplomacia

Segundo Saner (2001), a diplomacia moderna pode ser definida como a aplicação de inteligência e tato na condução das relações oficiais entre os governos de estados independentes. Ou seja, cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de cada país exercer esse domínio. Conceitos como a globalização e democratização vieram alterar

as fronteiras da diplomacia, tornando-as mais elásticas e questionarem as reivindicações territoriais dos diplomatas tradicionais. Os atores diplomáticos (podendo ser pessoas, empresas e outras organizações) surgiram dentro e fora do estado e muita das vezes agem de forma independente, sem interferência do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Posto isto, a diplomacia como profissão sofreu alterações em relação à sua definição, à qualificação e a expectativa de função daquilo que um diplomata deve ou não fazer.

De acordo com Saner (2001), a participação de atores não estatais naquilo que são as relações internacionais e as relações externas é um fenómeno que se verifica mais nos países industrializados. Portanto, a diplomacia moderna afirma que nos países desenvolvidos, a distinção entre os assuntos internos e a política externa tem vindo cada vez mais a ser substituída por a participação de diferentes atores em áreas como as relações económicas externas, os assuntos públicos e a própria diplomacia.

No que respeita às relações sino-angolanas, a diplomacia assume um papel bastante importante. O tipo de diplomacia que prevalece entre estes dois países são a económica e a comercial. Segundo Saner, a diplomacia económica pode ser definida como:

“Economic diplomacy is concerned with economic policy issues, e.g. work of delegations at standard setting organisations such as WTO and BIS. Economic diplomats also monitor and report on economic policies in foreign countries and give the home government advice on how to best influence them. Economic Diplomacy employs economic resources, either as rewards or sanctions, in pursuit of a particular foreign policy objective. This is sometimes called “economic statecraft” (Saner, 2001, p.13).

Dentro da diplomacia económica, encontra-se a diplomacia comercial. No que diz respeito aos objetivos da diplomacia económica eles caracterizam-se por ser de âmbito mais geral, enquanto, na diplomacia comercial tem um enfoque mais concreto, nomeadamente em ajuda mais específica ao desenvolvimento económico nacional,

podendo refletir-se numa assessoria para a exportação e assistência legal para a internacionalização das empresas nacionais (Mariana Oliveira, Jaqueline Paiva, Carlos Carvalho, Ana de Souza, 2013). Posto isto, Saner define diplomacia comercial como:

“Commercial diplomacy on the other hand describes the work of diplomatic missions in support of the home country’s business and finance sectors in their pursuit of economic success and the country’s general objective of national development. It includes the promotion of inward and outward investment as well as trade. Important aspects of commercial diplomats’ work is the supplying of information about export and investment opportunities and organizing and helping to act as hosts to trade missions from home. In some cases, commercial diplomats could also promote economic ties through advising and support of both domestic and foreign companies for investment decisions” (Saner, 2001, p.13).

De acordo com Narray (2008), a diplomacia comercial pode ser definida como uma atividade conduzida por representantes de estado com estatuto diplomático com vista à promoção de negócios entre um país de origem e um país anfitrião sendo o principal objetivo incentivar o desenvolvimento de negócios por meio de uma série de atividades de promoção e facilitação de negócios. Este tipo de diplomacia pode ser caracterizada pelos variados tipos de níveis de atores que a representam, sendo eles os chefes de estados, os primeiros-ministros, ministros ou membros do parlamento (pertencendo ao nível mais alto da política), embaixadores ou um enviado diplomático (que pertencem ao nível mais baixo).

Posto isto, a grande diferença entre estes dois tipos de diplomacia, é que a diplomacia económica tende a evidenciar-se mais na representação do país, seja na atuação em fóruns multilaterais até à atuação no seio das embaixadas e consulados. Já a diplomacia comercial atua mais concretamente na defesa dos interesses das empresas e outras organizações comerciais (Mariana Oliveira, Jaqueline Paiva, Carlos Carvalho, Ana de Souza, 2013).

2.3 Modo Angola

Com o terminar da guerra civil, no ano de 2002, Angola viu a necessidade de recuperar e reconstruir um país que estava devastado pelo cenário de guerra. A China viu aqui uma excelente oportunidade para começar a investir e a expandir-se para novos mercados.

Foi através da sua estratégia *going global*, caracterizada por ser uma estratégia forte e agressiva na inserção das suas empresas em mercados terceiros, quer seja via exportações ou investimento direto, a China anunciou a sua transição para um envolvimento nos mercados externos.

O ano de 2004, foi caracterizado por um forte investimento chinês em Angola, através da linha de crédito do China Exim-Bank, fundamental para o governo angolano reparar e reconstruir as infraestruturas que ficaram danificadas pela guerra civil. Este crédito chinês surgiu como alternativa ao Banco Mundial, visto que, em troca do crédito também exigiam aos países africanos reformas políticas e económicas (Vivien Foster, 2009). A China injetou cerca de 2 mil milhões de dólares em Angola tendo sido utilizados em diversas áreas como a educação, a saúde, nos projetos de reestruturação e construção de infraestruturas, saneamento, entre outras, e em troca Angola disponibilizava cerca de 10,000 barris por dia (Vivien Foster, 2009).

Segundo Do Carmo (2013), os financiamentos de infraestruturas estão diretamente ligados ao desenvolvimento de recursos naturais, aplicando-se o método, denominado pelo Banco Mundial por “Modo Angola”.

De acordo com o Banco Mundial, o “Modo Angola” é um tipo de negócio de financiamento garantido por recursos naturais, em que Angola foi o primeiro grande impulsionador deste novo método.

Estes empréstimos e subsídios chineses acabam por ser mais vantajosos comparativamente aos países mais desenvolvidos, visto que, têm um maior acesso a financiamentos baratos, a mão-de-obra, a equipamentos e materiais a um custo reduzido.

2.4 Investimento Estrangeiro Direto

O Investimento Direto Estrangeiro é uma das variáveis mais importante nos fluxos internacionais do mundo dos negócios. O IDE pode ser definido como um investimento, que envolve uma relação de longo de prazo e reflete o objetivo de estabelecer um interesse e controlo duradouro por parte de um indivíduo ou organização (investidor direto estrangeiro) de um país estrangeiro. O IDE implica que o investidor exerça um grau significativo de gestão e controlo numa Foreign Invested Enterprise (FIE). Esta gestão e controle pode ser feita através da transferência de fluxos de capital para criar um novo empreendimento e também através da aquisição de capital próprio numa empresa já existente no estrangeiro (Fernanda Ilhéu, 2010).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), define o IDE como um investimento de uma entidade residente num país que adquiriu direta ou indiretamente, pelo menos 10% do poder de voto de uma empresa ou sociedade residente noutro país. A entidade que investe no exterior pode contribuir com outros ativos como o capital próprio, a tecnologia e conhecimento de produção, que embora sejam ativos intangíveis podem ser avaliados e considerados no capital investido no empreendimento em questão ou são considerados formas não patrimoniais de investimento (Fernanda Ilhéu, 2010).

Por norma, os governos locais concedem benefícios às filiais das empresas que pretendem investir no país ou então impede proibições de importações ou elevadas taxas de importação.

No que diz respeito à filial de produção pode ir desde uma simples montadora de componentes enviados pelo exportador até à fabricação total do produto em questão, podendo o exportador investir 100% do capital, desde que a legislação do governo local assim o permita, ou através de parcerias com empresários locais (joint-ventures).

O Investimento Direto no Estrangeiro pode assumir as seguintes formas:

- a) *Deslocalização da produção*: tem como objetivo conseguir mão-de-obra e matérias-primas a preços mais baixos. Nesta forma de investimento

direto, temos o caso da Sonangol e de vários bancos angolanos que optam por esta forma de internacionalização, sendo os motivos um pouco diversos. Poderá ser por causa do risco associado, por falta de incapacidade financeira, ou por causa de Portugal ser considerado um bom local de produção.

- b) *Investimento comercial*: tem como objetivo um maior controlo sobre os processos e a redução dos preços intermediários na sua relação com o mercado externo. Através dos seus próprios recursos, constitui uma nova empresa no estrangeiro, permitindo ter um maior controlo sobre o processo de comercialização e os respetivos canais de distribuição, e uma redução de intermediários na sua relação com o mercado externo.
- c) *Expansão comercial*: tem como objetivo ajudar na inserção em certos mercados. As filiais não têm somente funções comerciais, mas também de desenvolvimento do produto, engenharia da produção, processo produtivo, etc (Mercal Consulting Group, 2021). Contudo, esta estratégia de desenvolvimento deve ocorrer quando:

1. “Os produtos precisam estar disponíveis continuamente e em grande quantidade, como por exemplo, no caso de alimentos.
2. Tem produtos com pouco valor agregado, por exemplo, o cimento.
3. É indispensável um excelente serviço de assistência técnica, como no caso dos carros.
4. Se confronta com países que aplicam um forte protecionismo.
5. Tem produtos que alcançam a maturidade do seu ciclo de vida e precisam de uma ação de venda muito controlada.
6. Tem produtos para os quais é importante manter um elevado nível de imagem e marca, como por exemplo, produtos de moda.
7. Se encontra em mercados com elevado nível de potencial de desenvolvimento e onde é indispensável um nível de serviço (países em desenvolvimento)” (C. Francisco Alves, 2016, p.21-22).

Posto isto, a forma como se entra no mercado é sempre um fator extremamente importante a ter em consideração, assim como os aspetos de marketing, entre outros.

3 Política chinesa em África

3.1 Contextualização das Relações Sino-Africanas

Recuando à fundação da RPC em 1949, o governo deparou-se com uma série de dificuldades e objetivos no que diz respeito ao desenvolvimento e crescimento económico do país. As pretensões do governo chinês eram colocar a China de novo no cenário mundial, enquanto potência, fazendo-se valer do seu próprio legado de “agressão colonial e experiência de libertação como forma de desenvolver laços com os países africanos recém-independentes” (Rui Pereira, 2006, p.21).

A relação com África foi condicionada por estes fatores. Segundo Zhang Hongming, a China pretendia estabelecer relações diplomática com os países africanos recém-independentes e apoiar ativamente o processo de descolonização no continente, com o objetivo de alargar a sua influência em África e, assim, lutar contra o imperialismo, colonialismo e hegemonismo. Posto isto, a política externa chinesa pode ser dividida em três grandes fases.

A primeira fase das relações sino-africanas vai desde a fundação da RPC, no ano de 1949, até aos inícios dos anos 70, ficando marcada pela posição de apoio às antigas colónias africanas na luta contra o imperialismo europeu. Nesta fase, a RPC contou com o apoio da URSS, demonstrando ser o seu maior aliado contra o desmantelamento dos impérios europeus. Durante os anos 50, verificou-se uma maior aproximação chinesa ao continente africano através do estabelecimento dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”¹ (estes princípios foram proclamados num cenário de consolidação da independência da China e de forma a conseguir reverter a situação menos favorável nos campos económicos e sociais, ao mesmo tempo que tentava fortalecer as suas relações com outros países de cariz socialista, adotando medidas para desenvolver as relações

¹ Estes princípios foram anunciados pela primeira vez, no ano de 1953, pelo primeiro-ministro Zhou Enlai e reiteravam:

- 1) Respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
- 2) Não-agressão mútua;
- 3) Não ingerência nos assuntos internos;
- 4) Igualdade e vantagens recíprocas; e
- 5) Coexistência Pacífica.

com países recém-independentes do continente africano, asiático e americano), no ano de 1954, e a Conferência de Bandung (Apêndice 1), em abril de 1955 (Zhang Hong-ming, 2004). Para além dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, Zhou Enlai também proclamou os Oito Princípios para a Cooperação Económica que assentavam em: I) o governo chinês baseia-se sempre no princípio da igualdade e do benefício mútuo na assistência a outros Estados; II) o governo chinês respeita a soberania dos Estados recetores de assistência; III) a República Popular da China providencia assistência económica sob a forma de empréstimos com taxas de juros nulas ou reduzidas; IV) o objetivo do Governo chinês não é tornar os países recetores dependentes da China; V) o Governo chinês empreende os seus melhores esforços para ajudar os países recetores a desenvolverem projetos que lhes permitam aumentar os seus rendimentos e acumular capital; VI) o Governo chinês providencia equipamento e material da melhor qualidade e da sua própria manufatura aos preços do mercado internacional; VII) no fornecimento de assistência técnica, o Governo chinês pretende que a mão de obra dos países recetores domine as técnicas utilizadas; e VIII) os especialistas enviados pela República Popular da China para auxiliar nos projetos de cooperação económica e assistência técnica terão as mesmas condições de vida que os especialistas dos países recetores (Carmen Mendes; Xintong Tian, 2020).

Foi no ano de 1956 que a República Popular da China estabeleceu as relações oficiais com o Egipto, abrindo assim um novo capítulo na aproximação chinesa ao continente africano. Entre os anos de 1963 a 1964, com a visita do primeiro-ministro Zhou Enlai, estes mesmos princípios foram expostos na forma de mostrar que a China está contra os princípios colonialistas e imperialistas, opondo-se sempre contra os mesmos, a partir do momento em que integra as Nações Unidas e outros Fóruns Internacionais, de modo a defender aqueles que eram oprimidos.

Após os esforços na ajuda contra as lutas anticoloniais, a China entrou em seguida numa fase de turbulência que de algum modo interrompeu essa política provocada, essencialmente, pela Revolução Cultural. Os anos 60 e 70 foram complicados no ponto de vista da política externa chinesa. Após a rutura com a União Soviética, a RPC viu-se ameaçada por uma possível invasão russa na zona norte do país e, os Estados

Unidos da América ameaçavam através da intensificação na guerra do Vietname, o que significava um perigo acrescentado na zona sul do país. No início dos anos 70, as autoridades chinesas viram a necessidade de alterar a sua visão sobre o panorama internacional. A rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética era a principal fonte de instabilidade à escala mundial, com os russos cada vez mais a demarcarem-se como um país imperialista, tentando aumentar a sua esfera de influência face aos americanos. Na perspetiva da China, a União Soviética apresentava mais perigo do que os americanos, pois no ponto de vista chinês, o imperialismo americano tinha vindo a entrar em declínio face ao dos soviéticos. Nesta altura a União Soviética encontrava-se numa fase de ascensão face ao Estados Unidos, que estavam mais preocupados em superar as suas dificuldades nos setores políticos e económicos. A URSS entra mais tarde nesta luta pela esfera de influência, acabando por ter uma estratégia mais ambiciosa face aos americanos. A própria estrutura política e económica da URSS permitia ao país uma maior vantagem face aos EUA e, também, o facto de se terem proclamado como um país socialista permitiu criar uma posição mais favorável para atrair os países do Terceiro Mundo. Por esta altura a URSS apresentava-se como o principal perigo para a RPC, tendo então Mao Zedong criado uma estratégia para combater a ameaça permanente dos soviéticos. Esta estratégia passou por uma aproximação aos países ocidentais, nomeadamente os EUA, e o estabelecimento de uma “frente de combate” com os países do Terceiro Mundo para fazer face à hegemonia soviética.

Em 1978, já depois da morte de Mao, restabelecidos muitos dos quadros depostos durante a Revolução Cultural e sobretudo com a chegada ao poder de do novo líder Deng Xiaoping, a China entrou numa segunda fase da sua política externa de abertura ao “desenvolvimento de orientação capitalista, que proporcionou três décadas de crescimento anual quase sempre de dois dígitos e uma melhoria nos padrões de vida, que levou a uma multiplicação por nove do rendimento per capita, atingindo os 1700 dólares em 2005” (Chris Alden,2007, p.22). As prioridades chinesas direcionaram-se para o fomento económico do país, assim como o fortalecimento das suas relações diplomáticas com o ocidente, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento. No ano

de 1979, a China criou quatro Zonas Económicas Especiais², sendo elas, Shenzhen localizada nas proximidades de Hong Kong; Zhuhai localizada na zona setentrional de Macau; Shantou e Xiamen, diante de Taiwan, sendo ainda mais tarde adicionada outra zona na ilha de Hainan. A criação destas quatro Zonas Económicas Especiais foram desde logo um grande sucesso. Com a política de “Portas Abertas” que Deng Xiaoping implementou e com a criação das Zonas Económicas, levou a China tornar-se o segundo maior importador de recursos naturais e de energia. Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), fez com que o país tivesse de redefinir a sua estratégia e o seu papel no cenário mundial. O governo chinês viu na criação Zonas Económicas Especiais em África como a principal solução para a prestação de apoio humanitário e monetário no continente, em troca de tratados que beneficiassem as empresas energéticas chinesas (Ângela Mara Duarte Galante, 2014).

A terceira fase das relações sino-africanas foi caracterizada por uma aproximação entre ambos, potencializando o desenvolvimento e crescimento económico. No ano de 1993, a China deixa de ser autossuficiente no que respeita aos recursos energéticos e passa a necessitar de importar esses mesmos recursos. Isto acaba por obrigar o governo chinês a estabelecer uma nova estratégia de acesso a recursos energéticos. As fontes ainda pouco exploradas como a madeira, a energia, a agricultura e a pesca eram vistas como uma fonte de fornecimento de recursos viável. Essa nova estratégia começa a fazer-se sentir logo no ano de 1996, com o forte investimento chinês na indústria petrolífera do Sudão, tendo a Companhia Nacional de Petróleo da China transformado o setor de energia que tinha sido fortemente afetado pela guerra e pelas sanções ocidentais. Outros grandes investimentos por parte de multinacionais chinesas em países como a Nigéria, Angola, Gabão e Argélia (neste país em concreto a China adquiriu quotas nos campos de gás natural. Com base nestes investimentos, estes projetos têm como objetivo melhorar e desenvolver as infraestruturas (estradas, pontes, portos, entre outros) dos países africanos, fazendo com que estes gradualmente

² “Estas Zonas Económicas Especiais (ZEEs) são áreas de espaço delimitado dentro de uma economia que funciona com regimes administrativos, regulatórios, e muitas vezes, fiscais diferentes (tipicamente mais liberais) do que os da economia doméstica” (Ângela Mara Duarte Galante, 2014, p.23)

comecem a ganhar cada vez mais interesse nos investimentos chineses. Portanto, a partir do ano de 1993, a China tem vindo a desenvolver um caminho de grandes investimentos em África na tentativa de conseguir obter lucros e recursos energéticos seguros.

“A estratégia atual da China de envolvimento com países em vias de desenvolvimento e de assegurar os seus recursos através de acordos intergovernamentais é uma consequência desse reconhecimento, juntamente com a sua avaliação dos perigos e instabilidade política no Médio Oriente. É por esta razão, derivada em primeiro lugar da intervenção militar e ocupação do Iraque lideradas pelos norte-americanos em 2003 bem como pelas disputas graves a propósito do programa nuclear do Irão, que a África está no processo de ganhar maior proeminência no cálculo estratégico global da China” (Chris Alden, p. 24).

Com os conflitos existentes na região do Médio Oriente, a China viu a necessidade de olhar para outros mercados e é neste seguimento que África surge como uma opção mais viável e segura. É notório nesta fase, que as relações sino-africanas deixam de ter apenas uma conotação económica, passando a ter também uma relevância política. Os recursos energéticos serviram como mote para alargar a outras áreas de atividade económica como o comércio, o investimento na indústria, a reconstrução de infraestruturas destruídas pela guerra, a aposta no setor da agricultura (de destacar também que para além de ser deficitária em recursos energéticos, a China também é deficitária em recursos alimentares, acabando por moldar a presença atual da China na continente, como por exemplo Moçambique e também Angola, que nos últimos anos tem vindo a receber fortes investimentos chineses neste setor), a criação de um sistema de telecomunicações nos países e a construção de estradas e caminhos de ferro. Este contributo está presente um pouco por todos os países africanos, através da concessão de linhas de crédito em troca de petróleo. O Fórum de Cooperação China-

África³ surge numa altura em que o Presidente chinês, Jiang Zemin , queria encetar um desenvolvimento a longo prazo e uma maior estruturação na cooperação das relações entre a China e os países africanos. O Fórum teve a sua primeira Conferência Ministerial nos dias 10-12 de outubro do ano 2000, na capital chinesa, Pequim, reunindo assim 45 países africanos, várias organizações internacionais e regionais, além de representantes do setor privado. Esta Conferência Ministerial ficou marcada pela criação de dois documentos fundamentais para o processo de cooperação, sendo eles a Declaração de Pequim (caracterizada pelo seu teor mais político) e o Programa de Cooperação Sino-Africana para o Desenvolvimento Económico e Social (caracterizado pelo seu teor mais prático, propondo o reforço da Cooperação Sul-Sul, a participação nas organizações internacionais numa base de igualdade e o estabelecimento de uma parceria de longo prazo com benefícios mútuos para as duas partes (Rui Pereira, 2006).

De acordo com Penny Davies (2007), a política chinesa para o continente africano teve duas grandes mudanças, sendo elas, a passagem de uma abordagem de retórica ideológica para uma abordagem mais discreta do ponto de vista político, a passagem de uma abordagem bilateral nas relações políticas para uma abordagem mais multilateral através da criação de múltiplos canais de comunicação.

Considerando a transição dos discursos políticos nas relações sino-africanas, verifica-se que a primeira mudança da China se deu em relação à complementaridade entre a sua política externa e a sua ideologia política. Esta ligação entre ideologia e política externa levou a um conflito com a URSS e, conseqüentemente, provocou um afastamento das relações entre a China e os países africanos. Esta relação entre a China e a URSS pode ser caracterizada em três grandes níveis, sendo o primeiro caracterizado por uma abordagem mais individual por parte dos chefes de Estado; o segundo deu-se entre os partidos políticos no âmbito do movimento comunista mundial; e o terceiro entre os Estados e suas instituições formais. Com a morte de Estaline e anos mais tarde

³ Os principais objetivos de FOCA visam promover a cooperação em vastas áreas como os assuntos políticos, as questões de paz e estabilidade da cooperação multilateral e o desenvolvimento económico e social (Ana Cristina Alves, 2008).

com a ascensão de Khrushchov ao poder, as relações sino-soviéticas ficaram numa situação paradoxal.

“Por um lado, a URSS continuava a manter uma posição mais relevante no sistema internacional, como a única força capaz de fazer frente ao poderio norte-americano no que se referia à corrida armamentista, visto que, naquele momento, esses dois países eram os únicos a deterem arsenais nucleares, embora os EUA mantivessem a superioridade quantitativa, como vimos anteriormente. Por outro lado, Mao considerava que o novo líder soviético, diferente de Staline, carecia das qualidades que detinha o próprio líder chinês, seja por conta da experiência de liderança política, seja pelo regozijo de um invejável carisma frente às massas e ao movimento comunista global, ou ainda na experiência no preparo e na condução dos conflitos armados” (Bruno Mariotto Jubran, 2017, p.73).

No final dos anos 70, a RPC começou a receber delegações de partidos africanos forçando então a adoção de uma nova estratégia através da “libertação das relações partidárias da ideologia da escravidão” (Penny Davies, 2007, p. 38). Começa-se a dar mais ênfase aos contactos políticos através de diversos canais.

A segunda mudança está relacionada com a evolução de uma estratégia de ajuda através do fornecimento de empréstimos sem juros para diversas formas de cooperação baseado na *win-win strategy*. Estas formas de cooperação fazem se sentir em áreas como comércio, visitas políticas de alto nível, cooperação em assuntos internacionais, cooperação na agricultura, na saúde, educação, cultura e desporto. Isto demonstra que a China, país que conseguiu atingir grandes níveis de crescimento e desenvolvimento económico sem que interferisse com o seu sistema político, está interessada em aprofundar as suas relações com o continente africano, países que ainda se encontram em vias de desenvolvimento e em fase de transição política com a adesão ao

multipartidarismo e, assim, potencializar o desenvolvimento e o crescimento económico dos países envolvidos neste processo.

A política chinesa em África ainda é muito baseada nos cinco princípios que o primeiro-ministro Zhou Enlai estabeleceu nos anos 60. Nestes princípios é perceptível que a China não está interessada em interferir na vida política do país beneficiário, muito pelo contrário, pretende criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de cooperação entre ambos. Ou seja, a política externa chinesa depois de 1949, apesar da sua retórica revolucionária parece, apesar de tudo, centrada no pragmatismo e no seu passado cultural. O seu discurso continua assente em conceitos de conformismo social, agora explicitamente reconhecidos como de origem confucionista, que voltou a ser a base do discurso chinês. Este quadro retórico expressa melhor um estado de relações bilaterais e multilaterais com os outros países num quadro estável e pacífico.

3.2 Estado atual das relações Sino-Africanas

Com o fim da Guerra Fria, em 1989, deu-se a alteração no ponto de vista do sistema internacional com o fim da Guerra Fria. A RPC viu aqui uma excelente oportunidade de reestruturar a sua política externa e a abordagem para com o sistema internacional. Essa política chinesa foi definida em quatro grandes princípios, sendo eles: 1- promoção de intercâmbios; 2- cooperação comercial, económica, científica, tecnológica e cultural; 3- vantagens recíprocas; 4- resolução de problemas históricos por meio de negociações pacíficas (Maria Gusmão de Mendonça, 2011).

A procura da diversificação de mercados por parte do governo chinês teve dois grandes motivos: o primeiro referente à segurança energética, cujos os países africanos são uma mais-valia para a comercialização destes mesmos recursos, e o segundo motivo baseia-se na aliança que estes países constituíram para a China no seio das Nações Unidas, nomeadamente na questão da Praça Celestial no ano de 1989 onde a China foi alvo de uma forte pressão mediática na questão da violação dos Direitos Humanos, sendo que os países africanos contribuíram para o amenizar da pressão internacional.

Com base neste estreitar de relações, no ano de 1993 o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Económica, na tentativa de estimular as empresas chinesas a

investirem no continente africano, elaborou um plano de exploração para os mercados africanos. Neste mesmo ano, a China deixou de ter autossuficiência energética e passou a depender de outros países para manter o nível de procura interna no setor energético e, assim, continuar o seu crescimento económico. Com base neste acontecimento o governo chinês estabeleceu algumas medidas para garantir o fornecimento de energias, sendo elas:

“(…) a expansão do uso de gás natural, recorrendo às jazidas domésticas e às dos países vizinhos; e o ingresso na corrida mundial por suprimentos de petróleo, buscando acordos com nações detentoras de várias reservas, especialmente aquelas em que as principais empresas petrolíferas internacionais tivessem dificuldades em se implementar.” (Maria Gusmão de Mendonça, 2011, p.91)

Após este posicionamento chinês, dois anos mais tarde, o Ministro da Economia da China, Zhu Rongji, visitou o continente africano e nessa mesma visita organizou uma Conferência Nacional de Trabalho para a Reforma da Assistência a Países Estrangeiros. Desta conferência, criou-se Centro para Investimento e Comércio, destinado a dez países africanos no ano de 1996. Um ano mais tarde, o Ministério do Comércio Exterior e de Cooperação Económica convocou a primeira conferência nacional sobre a Cooperação Económica e Comercial com os países africanos. No decorrer do ano 2000, realizou-se o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), tendo a RPC reduzido e cancelado as dívidas que os países africanos tinham para com o país asiático no valor de 1,2 mil milhões de \$ USD e fomentando ainda a ajuda externa ao continente africano. Neste fórum os ministros dos países presentes “comprometeram-se a cooperar em todos os campos, especialmente no desenvolvimento social e económico, com base na igualdade e no respeito mútuo, com vistas a renovar, desenvolver e expandir a cooperação China-África no século XXI”⁴. A criação deste Fórum é vista como uma referência importante no ponto de vista da cooperação entre ambos os países, marcando claramente o posicionamento chinês em relação a África. Os países africanos também viram com bons olhos este estreitar de relações, não tendo assim de estar

⁴ Fórum De Cooperação China-África (FOCAC).

subjugados às rígidas formas de empréstimos e a falta de grandes investimentos por parte dos países ocidentais. Para além do passado histórico que acaba por condicionar a escolha de procura de outras fontes de investimento.

No ano de 2006, a China anunciou a sua política orientadora para o continente africano através do China's African Policy. Afirmando-se como sendo o maior país em desenvolvimento, a RPC reitera o objetivo de alcançar um crescimento económico pacífico baseado nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Segundo Penny Davies (2007), a RPC afirma alguns princípios centrais para a sua política, tais como:

- Sinceridade, amizade e igualdade;
- Benefício mútuo, reciprocidade e prosperidade comum;
- Apoio mútuo e estreita coordenação;
- Aprendizagem entre países procurando o desenvolvimento comum;

De destacar neste documento os princípios de “igualdade”, “benefício mútuo” e “desenvolvimento comum” que irão marcar as bases deste relacionamento. Com esta política chinesa para o continente africano é possível verificar que o interesse chinês em África não é só económico, há também uma valorização da partilha de valores entre ambas as partes. É plausível verificar uma estratégia implícita por parte da RPC com a finalidade de enfraquecer a presença das potências ocidentais no continente, nomeadamente, os países europeus. Valérie Niquet salienta que o diálogo sul-sul que a China defende está ainda assente em conceitos como “Third-Worldism”, um discurso poderoso assente na prevalência do poder das elites africanas. Com esta estratégia, a RPC consegue manter a sua posição como principal porta-voz dos países em desenvolvimento, mesmo que os seus interesses possam divergir em algumas situações. Com esta estratégia, a China pretende enfatizar o “respeito pelos interesses dos países africanos” em contraste com aquilo que tinha sido feito por parte dos países do ocidente.

Na África do Sul, na segunda cimeira do FOCAC no ano de 2015⁵, a China apresentou o segundo *policy paper* a respeito do continente africano, afirmando desejar

⁵ No 15º aniversário da criação do FOCAC, em Joanesburgo.

um aprofundamento nas relações de amizade e nas várias formas de cooperação com os países africanos. Os princípios declarados no ano de 2006 voltaram a ser proferidos, afirmando palavras de ordem como a igualdade, sinceridade, confiança mútua, solidariedade e apoio mútuo, resultados práticos, afinidade e boa-fé, para além da não interferência nos assuntos internos dos países e a concessão de empréstimos sem qualquer tipo de restrições (Rui Pereira, 2020).

Em adição, nesta cimeira a China afirmou que o balanço destes 15 anos de cooperação, foi bastante positivo, enfatizando o compromisso de estreitar as relações bilaterais com o continente africano e abrangendo mais setores de cooperação, nomeadamente nas áreas como da agricultura, a saúde, a cultura, a ciência e tecnologia, a industrialização e a construção de novas infraestruturas.

A mais recente cimeira teve lugar em Pequim, no mês de setembro de 2018, e ficou definido que RPC iria disponibilizar cerca de 60 mil milhões de dólares até outubro de 2021. Esse dinheiro será utilizado essencialmente no setor das infraestruturas e no setor da educação, através da concessão de bolsas de estudos a estudantes africanos. Para além da diversificação dos setores em que decidiu investir, a China também apoiou a União Africana (UA) através do fornecimento de ajuda militar e comprometimento em criar um fundo de paz e segurança. Para além da disponibilização deste montante, o país asiático ainda amortizaria a dívida dos empréstimos sem juros, que venciam até ao final de 2018 a alguns países africanos. O fundo de 60 mil milhões de dólares foi distribuído da seguinte forma: 20 mil milhões para a criação de novas linhas de crédito, 15 mil milhões direcionados para a ajuda externa (entre eles donativos, empréstimos sem juros e empréstimos com taxas de juro e prazos mais favoráveis), dez mil milhões para um fundo destinado ao financiamento do desenvolvimento e cinco milhões para a promoção da criação de um novo fundo que apoie o financiamento das importações africanas (Rui Pereira, 2020, p.15).

3.3 Uma cooperação concorrencial com a das antigas metrópoles

Sensivelmente a partir dos inícios dos anos 2000, quando houve um maior estreitamento das relações sino-africanas, os países ocidentais começaram a não ver

com bons olhos esta relação. Muitos afirmavam ser uma jogada de oportunismo chinês para com os países africanos, visto que, estes países são bastante ricos em recursos energéticos. Estas afirmações acabam por levantar várias questões fundamentais para compreender esta relação, tais como: Como podemos descrever estas relações? Existe uma dependência dos países africanos face à RPC?

A China tem vindo a demonstrar ao longo dos anos 2000 que os seus interesses no continente africano vão para além do acesso aos recursos energéticos. Prova disso são os Fóruns de Cooperação que o país asiático criou de modo a desenvolver a cooperação entre ambos e a extensão das relações comerciais e económicas a outros setores de atividade.

No que toca nas áreas de cooperação económica e comercial, a RPC definiu um conjunto de objetivos base, sendo eles: 1- apoio ao reforço da industrialização de África; 2- apoio à modernização do setor agrícola africano; 3- participação no esforço de desenvolvimento das infraestruturas em África; 4- reforço da cooperação financeira sino-africana; 5- promoção da facilitação do comércio e investimento sino-africano; 6- desenvolvimento da cooperação em matéria de recursos naturais e de energia; 7- alargamento da cooperação ao setor da economia marítima (Rui Pereira, 2020, p.15).

A China com o estabelecimento destes princípios tinha como principal objetivo fomentar a cooperação em outras áreas para além do setor da economia e do comércio, fazendo com que a promoção cultural e o intercâmbio de pessoas sejam uma parte fundamental para o desenvolvimento e expansão destes setores.

É importante analisar qual o papel dos países africanos num contexto em que grande parte das iniciativas de cooperação são nomeadamente chinesas. Esta relação de cooperação apresenta as suas vantagens e alguns desafios para os países africanos.

São muitas as motivações que justificam a presença chinesa no continente africano e, segundo Patrícia Magalhães Ferreira (2008), os que mais se destacam são a cooperação política (quer nos assuntos internacionais e entre organizações políticas), a cooperação económica (na exploração de recursos e acordos financeiros) e a cooperação nos setores da educação, no setor da cultura, saúde, recursos humanos, paz

e segurança. No que diz respeito à cooperação económica e respetivos interesses chineses no continente africano está relacionado com a necessidade de alimentar a economia do país através de áreas como a energia e matérias-primas. Na área da cooperação política, prende-se com o facto de a China necessitar de aumentar a sua influência no cenário internacional, assumindo-se como um dos grandes atores globais e, desta forma, desempenhar um papel representativo importante dos países em desenvolvimento nas instâncias de governação internacionais⁶ e dos vários fóruns multilaterais. Outra motivação estratégica envolve o caso de Taiwan, onde a China está a intentar angariar o maior número de aliados possíveis para conseguir colocar em prática a política de “Uma China Unificada”.

As vantagens passam por uma diversificação das relações económicas, através da procura de novos parceiros comerciais que promovam o desenvolvimento. Por outro lado, os países africanos contam com o apoio da China no que diz respeito aos assuntos internacionais e política externa, assim como a disponibilização de recursos financeiros por parte do governo chinês contribui para um crescimento e desenvolvimento das economias africanas. Contudo, estas relações de cooperação também apresentam alguns desafios, nomeadamente para os países africanos, tais como, o estabelecimento de regras no relacionamento com a China, necessitando de desenvolver uma estratégia que lhes permita fazer ver os seus interesses; o enfraquecimento da indústria e produção local muito por causa da forte presença chinesa no continente; a necessidade de criar políticas nacionais que apoiem a capacidade das indústrias e dos empresários africanos poderem colaborar com os investidores chineses; e os desafios apresentados pelos países ocidentais.

⁶ Nas instâncias de governação internacionais está o exemplo da Organização das Nações Unidas e a importância desta cooperação política. Neste cenário a China defende os interesses africanos nos principais órgãos da ONU e, em contrapartida, os países africanos apoiam a China na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. De destacar que os países africanos representam cerca de um terço dos países membros da ONU, sendo então um apoio vital para a RPC na defesa dos seus interesses.

3.4 A Cooperação no Setor de Energia e a BRI

O ano de 1993 foi o ponto de partida no acesso chinês aos recursos energéticos africanos. O petróleo assume um papel importante nesta cooperação, mas os objetivos chineses estendem-se a outras áreas, como a construção de centrais de gás e de barragens hidroelétricas, a extensão das redes de transmissão e distribuição de energia, e o apoio ao acesso à eletricidade para a população local.

Aquando da criação do Fórum de Cooperação China-África (2000), o presidente Hu Jintao publicou o Livro Branco da política chinesa para o continente africano, sendo um documento “que assenta na cooperação win-win com os países africanos no setor energético e de mineração, priorizando o «desenvolvimento verde, as emissões de baixo carbono e o desenvolvimento sustentável», bem como o apoio à construção de redes elétricas nacionais e regionais em África” (Carla Fernandes, 2020, p. 30).

O Livro Branco é um marco nas relações de cooperação entre China-África pois está assente na importação e desenvolvimento de energias fósseis, na incorporação da energia tradicional, o desenvolvimento da conectividade energética e as novas energias.

Na última cimeira do FOCAC em Pequim (2018), foi definido um plano energético que previa uma maior cooperação no setor da energia, com o intuito de promover a cooperação na exploração de recursos; fomentar o desenvolvimento e comércio de energias, fomentar uma cooperação sustentável, criação de um Centro de Cooperação Energética em África e, por fim, incentivar o intercâmbio energético.

Em 2013, a China, pela governação de Xi Jinping, criou um projeto denominado por Belt and Road Initiative com o objetivo de restaurar a antiga rota da seda. A BRI tem como principais pontos chaves o comércio livre, a cooperação internacional, desenvolvimento económico e social e relações *win-win* (Cátia Miriam Costa, 2020).

Com o propósito de afirmar a sua liderança regional através da criação de um vasto programa económico, o gigante asiático pretendia formar uma cadeia de produção regional, onde ocuparia a posição central de produção, inovação, assim como

o de grande definidor de padrões. A BRI⁷ apresenta assim, três grandes objetivos para cumprir num futuro próximo, sendo eles: incentivar o desenvolvimento regional da China através de uma integração com as economias vizinhas; atualizar a indústria chinesa enquanto exporta os seus padrões; e abordar o problema de excesso de capacidade (Peter Cai, 2017).

O projeto teve um forte impacto pois, “tornou a cooperação mais abrangente ao expandir os objetos e os campos da cooperação, ao enriquecer os métodos e os conteúdos e ao apoiar o desenvolvimento económico e social em África, na salvaguarda da segurança energética da China” (Carla Fernandes, 2020, p.31). Porém, este projeto para conseguir alcançar a escala global necessitou de um grande esforço de conquista no espaço internacional por parte do país asiático. Os líderes chineses encetaram o seu discurso sustentado nas suas tradições, procurando recuperar a antiga Rota de Seda e revitalizar o seu histórico a nível regional. Este projeto apresentado pelo presidente chinês tem um forte cariz económico, e simultaneamente político. Com o restabelecimento da Rota de Seda, a China pretendia recuperar as relações económicas e comerciais, mas ao mesmo tempo pretendia estabelecer uma ligação cultural e intelectual.

A BRI é vista como uma chance de a RPC conseguir mudar a opinião internacional acerca de si e, ao mesmo tempo, promover a cooperação e a convergência entre as várias províncias. Segundo Zeng (2019) a adição de novos conceitos à antiga Rota da Seda, permitiu ao governo ver como uma oportunidade de promover regiões e produtos específicos como grande justificativa. Obviamente que o discurso chinês acaba por ser um ponto essencial para que a BRI tenha sucesso a nível nacional e, mais importante, sucesso a nível internacional.

⁷ Para além destes objetivos que pretende alcançar, a BRI também apresenta alguns problemas que terão de resolver no futuro, tais como: a falta de confiança política entre a China e os países aderentes; quase dois terços da BRI têm uma classificação de crédito soberana abaixo do grau de investimento; a cautela apresentada pelos financiadores chineses, pois estes não gostam de arriscar demasiado (Peter Cai, 2017).

Foi no documento sobre a «Visão e Ações sobre a Cooperação Energética na Construção Conjunta da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI», publicado pela National Development and Reform Commission (NDRC) e a National Energy Administration (NEA), que se estabeleceram os princípios de cooperação energética para todos os países envolvidos na BRI. Dentro das prioridades de cooperação elencadas, três delas são de extrema importância no que respeita a cooperação China-África, sendo elas:

“...a cooperação em investimentos em energia, na qual incentiva-se as empresas a adotarem várias medidas, incluindo o investimento direto, as fusões e aquisições e as parcerias público-privadas, para aprofundar a cooperação em investimentos em energia. A segunda, a cooperação na conectividade da infraestrutura energética, para melhorar e expandir a escala da conectividade dos oleodutos e gasodutos e manter a segurança energética para ambas as partes. A terceira, a cooperação na energia sustentável para todos, que implica implementar ativamente a Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030 e o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, assim como dotar África de serviços de energia modernos, acessíveis, confiáveis e sustentáveis, promovendo o investimento e o desenvolvimento de energia limpa (Carla Fernandes, 2020, p.32).”

No contexto da cooperação energética, a BRI evidencia um alargamento nas bases de cooperação, tentando desenvolver a uma relação entre as infraestruturas energéticas e a produção de energias limpas e, por consequente, promover o crescimento económico e desenvolvimento social dos países integrantes.

3.5 O crescimento do comércio bilateral e investimento

Desde os anos 90 que a China tem vindo a reforçar o seu crescimento no comércio e investimento com os países africanos. Esta presença chinesa no continente africano começa a intensificar-se nos inícios dos anos 2000 com uma estratégia muito

agressiva por parte da China. A estratégia assentava em capturar os interesses e os mercados em áreas como a energia, os minerais, o setor de construção e engenharia civil. Para a China, África representa dois grandes campos de atração: por um lado, a evidente riqueza em recursos minerais e por outro, um potencial mercado para a escoação dos seus produtos.

De facto, a estratégia chinesa, mostrou-se uma mais-valia. O crescimento é notório, no ano de 1997 os valores rondavam os 817 milhões de dólares, crescendo em 2000 para 10 mil milhões de dólares, em 2005 os valores já rondavam os 39,7 mil milhões de dólares e, agora mais recentemente, no ano de 2018 o valor está na casa dos 204 mil milhões de dólares. Estes números refletem o impressionante esforço a nível da cooperação que a China e os países africanos têm feito em prol do desenvolvimento comum.

No continente africano a China tem como principais países importadores dos seus produtos: a África do Sul (16,3 mil milhões de dólares), a Nigéria (13,4 mil milhões de dólares), o Egito (12 mil milhões de dólares), a Argélia (7,9 mil milhões), o Quénia (5,2 mil milhões de dólares), o Gana (4,8 mil milhões de dólares), Marrocos (3,7 mil milhões de dólares), a Tanzânia (3,6 mil milhões de dólares), a Etiópia (2,5 mil milhões de dólares) e Angola (2,3 mil milhões de dólares).

Já no que diz respeito aos produtos que a China importa dos países africanos, destacam-se, a África do Sul (27,3 mil milhões de dólares), Angola (25,8 mil milhões de dólares), a República do Congo (6,8 mil milhões de dólares), a República Democrática do Congo (5,7 mil milhões de dólares), a Líbia (4,7 mil milhões de dólares), a Zâmbia (4,1 mil milhões de dólares), o Gabão (3 mil milhões de dólares), o Gana (2,4 mil milhões de dólares), a República da Guiné (2,2 mil milhões de dólares) e a Guiné Equatorial (2,1 mil milhões de dólares).

No que diz respeito aos produtos que a China exporta para os países africanos, destacam-se, os produtos têxteis, os produtos alimentares, medicamentos, materiais de telecomunicações e pequenos eletrodomésticos. No que toca aos produtos importados

são, essencialmente, o petróleo e recursos minerais (ferro, cobre, cobalto, diamantes, entre outros).

Tabela 1 – Investimento Direto Chinês na África Subariana (2005-2020)

Setores	\$
Agricultura	5.44B
Químicos	2.77B
Energia	103.85B
Entretenimento	1.49B
Finanças	5.85B
Saúde	940M
Logística	2.35B
Metais	38.18B
Outros	5.19B
Tecnologia	7.19B
Turismo	660M
Transportes	88.94B
Imobiliário	32.7B
Utilidade	
Pública	7.69B

Fonte: American Enterprise Institute.

De acordo com a tabela apresentada é possível verificar que os investimentos chineses são bastante variados e podem ir desde grandes projetos financiados pelo Estado aos pequenos projetos privados. O setor da energia (103.85 mil milhões de dólares) e dos transportes (88.94 mil milhões de dólares) têm sido uma das apostas mais

fortes de investimento chinês. Isto mostra que a China ainda está na fase semelhante aos investimentos do imperialismo europeu que retirava produtos primários criando infraestruturas de transporte.

Para além do investimento chinês em África, os empréstimos são outra forma de fomentar o desenvolvimento dos países africanos. Desde o ano 2000 até 2017 foram efetuados empréstimos no valor de 143 mil milhões de dólares. Entre os países beneficiários, encontram-se Angola (42,8 mil milhões de dólares), Etiópia (13,7 mil milhões de dólares), Quênia (9,8 mil milhões de dólares), República do Congo (7,4 mil milhões de dólares), Sudão (6,5 mil milhões de dólares), Zâmbia (6,4 mil milhões de dólares), Camarões (5,6 mil milhões de dólares), Nigéria (4,8 mil milhões de dólares), África do Sul (3,8 mil milhões de dólares) e Gana (3,5 mil milhões de dólares).

O valor dos empréstimos para cada país acaba por definir a importância que cada um apresenta para o governo chinês. Claramente, é possível verificar que Angola se destaca como um dos países que mais empréstimos recebe.

Este forte investimento, através do fornecimento de empréstimos e uma forte presença da China em vários setores da economia africana, deve-se, essencialmente, às condições favoráveis que este continente apresenta para o investimento e para a presença das empresas do gigante asiático em território africano. Com base neste tipo de aproximação, a China acaba por assumir um tipo de risco que jamais as empresas ocidentais fariam. Riscos esses, visíveis em países como o Sudão e o Mali. No que diz respeito ao Sudão, a RPC é o seu maior importador de petróleo, vendo-se na necessidade de criar uma indústria petrolífera no país, desde a fase de exploração e refinaria até ao transporte do produto. Já no Mali, a Sinopec investiu na exploração de petróleo sem ter a certeza de que iriam ter qualquer lucro dali.

O que mais distingue as parecerias chinesas das ocidentais são a não imposição de condicionantes e a não exigência de regras de transparência e de boa governação por parte da China face ao continente africano. Portanto, é possível perceber que a estratégia chinesa passa por não interferir nos assuntos internos dos países em questão, contrariando os princípios dos países ocidentais. Para além disto, estes investimentos

podem ter efeitos positivos naquilo que é a redução dos custos de transações, no aumento do comércio interno e intrarregional, ou até mesmo no apoio direto aos países em questão na tentativa de estes fornecerem os serviços sociais básicos à população, como a saúde, educação, energia, entre outros.

Contudo, esta competição chinesa dentro de setor das infraestruturas acaba por gerar uma enorme apreensão, visto que pouco ou nada contribui para a criação de emprego local. Nos casos em que estes permitem a empregabilidade de cidadãos locais as queixas são frequentes devido à questão dos salários, ou seja, a falta de respeito pelos padrões locais e a violação dos direitos dos trabalhadores, acabando por gerar descontentamento da população local.

Além do descontentamento que se tem feito sentir na questão da empregabilidade de funcionários africanos em empresas chinesas, a nova migração de pequenos comerciantes chineses para o continente africano tem provocado um mal-estar entre a população local, pois estes sentem-se ameaçados no que respeita ao comércio tradicional por parte do aparecimento de novas lojas e produtos chineses. Por um lado, a presença maciça de produtos chineses, tais como novas tecnologias, roupas, têxteis, permite à população africana ter acesso aos mesmos de forma barata e acessível, mas por outro lado isto representa uma ameaça às indústrias locais, com maior destaque o setor das indústrias têxteis. Com isto acaba por gerar uma competitividade entre as indústrias chinesas e africanas, pois ambas se caracterizam como indústrias de mão-de-obra intensiva, e acaba sempre por prejudicar os países africanos (Patrícia Magalhães Ferreira, 2008).

3.5.1 A Dimensão política do Investimento chinês e a reação dos concorrentes

A estratégia chinesa de não retirar o apoio pelo tipo de regime implementado pode acabar por ser prejudicial para o país, como por exemplo, o apoio a regimes como o Sudão ou o Zimbábue, coloca a RPC em total desacordo com as restantes nações ocidentais. Obviamente que este princípio de não interferência provoca bastantes críticas por parte da comunidade internacional, pois estes reprovam que a RPC não

inclua critérios de condicionalidade, como o respeito pelos direitos humanos e o respeito pelas instituições democráticas. Claro que esta posição da China vai agradar os países africanos, visto que optam pela não interferência nos assuntos internos privilegiando os interesses económicos. Tanto a União Europeia como os Estados Unidos da América apresentam posições contraditórias dependendo daquilo que melhor beneficiará os seus próprios interesses. Ambos não aplicam o mesmo critério relativamente às condicionantes da democracia, corrupção, direitos humanos, entre outros, em todos os países africanos, sendo uns mais beneficiados em detrimento de outros.

Segundo Patrícia Magalhães Ferreira (2008), o «Consenso de Pequim» assenta no princípio de não interferência e com o objetivo de não cometer os mesmos erros dos antigos países colonialistas e, assim, caírem nas boas graças das elites africanas (independentemente do tipo de regime imposto nos países em questão). Este «Consenso de Pequim» apresenta-se como uma alternativa ao «Consenso de Washington», encabeçado pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e dadores ocidentais. Estes, fazem ver a China como a grande ameaça face aos interesses ocidentais e ao desenvolvimento do continente africano, fazendo isto sem qualquer tipo de contextualização da evolução da RPC no cenário político e económico mundial.

Com base nestes valores de empréstimos chineses, vale a pena entender o porquê de a China ser um parceiro mais favorável aos países do continente africano do que os países ocidentais. Segundo Valérie Niquet, a PRC põe em prática o seu modelo de desenvolvimento, baseado na dissociação do desenvolvimento económico e reformas políticas, dentro de uma política que aceita a sobrevivência de regimes autoritários.

Com a chegada da China ao mercado africano, esta pôs à disposição uma variedade de produtos como brinquedos, eletrodomésticos, motocicletas, bens de consumo básicos, cobertores, entre outros. Estes produtos acabam por ser colocados no mercado a preços bastante acessíveis, permitindo a grande parte da população africana ter condições monetárias para comprar estes produtos. É verdade que esta

forte presença no mercado africano apresenta aspetos positivos, mas esta importação maciça de produtos chineses está a provocar um efeito negativo nas indústrias transformadoras africanas, com mais incidência no setor dos têxteis que tem sido severamente afetado. Para além do setor têxtil, dos recursos minerais ou das energias, a RPC tem vindo a aparecer como novo investidor em novos setores como a aviação civil e no mercado de hidroeletricidade e usinas de energia, incluindo usinas nucleares na África do Sul.

Naquilo que é o ponto de vista das potências ocidentais, o interesse da China em África tem as mesmas pretensões colonialistas que as antigas colónias europeias. Ou seja, através da sua estratégia de não interferência dos assuntos internos dos governos permite que alguns regimes políticos no continente continuem a cimentar uma economia rentista baseada na exploração massiva de recursos energéticos, sem que essa exploração se traduza em riqueza ou habilidades para as populações locais. Com esta abordagem, acaba por enfraquecer qualquer tipo de pressão das organizações internacionais em desenvolver o processo de democratização dos atuais regimes africanos.

Esta forte presença chinesa no continente africano acaba por trazer desafios para os países do ocidente, nomeadamente a União Europeia. Se olharmos para o modelo de abordagem de cada um dos atores percebemos que as formas de intervenção são bastante distintas. Por um lado, a China enfatiza a importância da cooperação bilateral, muito virada para o setor económico e para os benefícios mútuos. Por outro lado, vemos uma UE cada vez mais vocacionada para uma cooperação baseada no assistencialismo e no investimento em energias verdes, de forma a conseguir desenvolver uma economia sustentável e inclusiva em África.

Aos olhos das elites africanas vai sempre interessar mais aquele ator que olha para o continente como uma oportunidade de negócio, do que aquele que olha para os países como fonte de insegurança, fome e guerra. A grande diferença entre a China e os países ocidentais está, efetivamente, no passado histórico da presença no continente. Ou seja, as potências do ocidente são olhadas com um certo pesar devido ao passado colonial que os une. Já a RPC não teve esse registo no continente, então até certo ponto

os erros que a China possa vir a cometer são desculpáveis, visto que, os países ocidentais também já o fizeram. Posto isto, é natural que o ocidente tenha receio desta aproximação, pois indiretamente isto significa uma redução da perda de influência económica no continente e “de ver destruídos os esforços para estabelecer uma maior transparência, mais respeito pelos direitos humanos e melhores padrões ambientais e de governação” (Patrícia Magalhães Ferreira, 2008, p. 8). Para que os países ocidentais não vejam esses esforços serem destruídos, é necessário que estes também cumpram os compromissos que foram assumidos internacionalmente no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento.

Neste relacionamento sino-africano, a China acabará por enfrentar vários desafios. É cada vez mais urgente que o governo chinês comece a construir uma imagem mais positiva face àquilo que são os impactos ambientais e sociais nos seus projetos, a presença cada vez mais forte de migrantes chineses no continente africano acabando por prejudicar o fluxo comercial daquele continente e a crescente dificuldade em controlar a atuação chinesa. O posicionamento chinês no setor de ajuda ao desenvolvimento tem vindo a gerar dúvidas e contradições, visto que, por um lado a China subscreveu a Declaração de Paris sobre a Eficácia de Ajuda ao Desenvolvimento no sentido em que este país seria o beneficiário desta mesma ajuda e, por outro lado, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) pretende dialogar com a China para incluir os montantes concedidos pelo governo chinês na contabilização da ajuda internacional.

4 Política Chinesa em Angola

4.1 Contextualização das Relações Sino-Angolanas

Ao longo das últimas décadas, temos observado uma forte presença chinesa no continente africano, nomeadamente em Angola. As relações sino-angolanas têm desenvolvido fortes laços ao longo dos últimos vinte anos, destes podemos balizar em quatro períodos diferentes.

É a partir de ano de 1961 que se dá o conflito armado com Portugal que só viria a terminar em 1975 com a independência do país. O conflito teve origem na dificuldade de adaptação do colonialismo português à nova correlação de forças no mundo do pós-guerra, especialmente durante a década de 1960. Assentou igualmente no “desenvolvimento de movimentos nacionalistas rivais com origens etno-religiosas diferentes, de apoiantes externos que competem entre si e de lideranças que procuram a conquista absoluta do poder à custa dos seus rivais”. (Tony Hodges, 2002, p.24)

Com o despoletar do conflito armado, insurgiram-se vários grupos de resistência, tais como a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). O MPLA, fundado em 1956, na cidade de Luanda, teve na figura de António Agostinho um dos principais líderes, inculcando alguns ideais marxistas e por sua vez conseguindo o apoio diplomático dos países escandinavos e da União Soviética. Numa primeira fase, a República Popular da China, tal como a URSS, hesitou na escolha dos movimentos a apoiar. Inicialmente a sua estratégia de apoio dirigiu-se para o movimento com mais apoio africano, a FNLA⁸, que formou o Governo de Angola no exílio (GRAE). No entanto as relações entre a China e o FNLA tornaram-se um pouco tensas devido a este receber também apoio dos EUA e, sobretudo, devido à proibição de entrada de delegados chineses na base do Movimento de Libertação na República Democrática do Congo. Devido a este agudizar das relações entre ambos, em 1964, a República Popular da China decidiu apoiar outro movimento de libertação, acabando

⁸ Movimento Nacionalista criado pela UPA (União das Populações de Angola) em 1961, liderada por Holden Roberto.

por escolher a UNITA⁹. Jonas Savimbi, líder da UNITA, chegou a receber treino militar na China durante os anos de 1964 e 1965, dois anos antes da formação oficial do movimento. A UNITA optou por uma estratégia de ação diferente dos restantes Movimentos de Libertação, indo buscar apoio a fontes indígenas, começando a construir bases internacionais e proclamando o Maoísmo como doutrina. Contudo, no início dos anos 70, a China optou por não apoiar mais a UNITA e voltar-se novamente, numa primeira fase para o MPLA e numa segunda fase para a FNLA (Tony Hodges, 2002).

Logo após a independência angolana em 1975 e o início da guerra civil, a China opta por voltar a apoiar a UNITA e o FNLA, numa tentativa de impedir a vitória do MPLA que estava sobre apoio soviético (Ana Cristina Alves, 2010). Todavia, a política chinesa em Angola viu-se enfraquecida face ao apoio da URSS ao MPLA e o reforço da presença dos EUA de forma a contrabalançar os soviéticos. Somente a 12 de janeiro de 1983, as relações entre a RPC e Angola foram reatadas, sendo predominantemente uma relação de cooperação de cariz militar, tendo em conta o cenário de guerra civil que Angola vivia, assim como, a implantação de alguns projetos de ajuda ao desenvolvimento, embora que, tenha sido em pequena escala (Carmen Mendes; Xintong Tian, 2020).

Com o fim da guerra civil em Agosto de 2002, as relações bilaterais entre Angola e RPC evoluíram consideravelmente, tendo esta data um significado importante na consolidação e desenvolvimento das relações económicas entre ambos os países. Tendo em vista, uma intensificação das trocas comerciais entre os dois países, um estreitamento das relações políticas com visitas de estado por parte de representantes oficiais chineses e angolanos a cada país e por fim nas relações de cooperação com a integração de Angola nos Fórum de Cooperação China-África e no Fórum de Macau. Esta aproximação da China aos países africanos, nomeadamente Angola, em muito se deve à sua insuficiência energética e da necessidade de colmatar a falta de recursos,

⁹ A União Nacional de Independência foi formada em 1966 na cisão de Jonas Savimbi com o FNLA em 1964. Era um grupo que teve muito pouco apoio externo comparado aos restantes Movimentos de Libertação, tendo sido o seu principal foco a formação de um movimento político clandestino entre os Ovibundos do centro do país.

cooperando com países como Angola, ricos em recursos energéticos, de forma a conseguir manter o seu nível de desenvolvimento e crescimento económico.

4.2 As relações bilaterais depois de 2002

Após o término da guerra civil, em 2002, as relações bilaterais entre ambos os países começaram a desenvolver-se de forma exponencial. O reforço das relações bilaterais é visível, essencialmente nas políticas de trocas comerciais, as visitas de estado de parte a parte (Tabela 2) e a expansão dos fluxos comerciais. O petróleo assumiu o papel fundamental, sendo o produto principal nas trocas comerciais entre a China e Angola. Também se verificou um aumento da presença de empresas chinesas no país africano, destacando-se as empresas de construção civil, que por sua vez tiveram um papel fundamental na reconstrução do país após a guerra civil.

Tabela 2 - Visitas Oficiais (1993-2016)

Ano/Mês	Entidades
1983/05	Gong Dafai, Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, visita Angola.
1988/10	Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, visita a China.
1989/08	Qian Gichen, Ministro dos Negócios Estrangeiros, visita Angola.
1993/11	Fernando José de França Dias Van Dunem, Presidente da Assembleia Nacional de Angola, visita a China.
1994/03	De Mora, Ministro das Relações Exteriores de Angola, visita a China.
1995/08	Zhu Rongji, Vice-Primeiro Ministro da China, visita Angola.
1996/04	Li Zhaoxing, Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, visita Angola.

1997/09	Ji Peiding, Ministro-adjunto das Relações Exteriores da China, visita Angola
1998/09	Opo do Nascimento, Secretário-geral do MPLA, visita a China.
1998/10	José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, visita a China.
2000/05	Kundi Payama, Ministro da Defesa de Angola, visita a China.
2000/05	João Lourenço, Secretário-Geral do MPLA, visita a China.
2001/01	Tang Jianxuan, Ministro das Relações Exteriores da China, visita Angola.
2001/05	Roberto de Almeida, Falante da Assembleia Nacional de Angola, visita a China.
2001/10	Li Tieying- Membro do Departamento Político, Comité Central do Partido Comunista, visita Angola.
2002/04	Wang Wenyan, Vice-Presidente Chinês, Consultor Político do Povo, visita Angola.
2002/07	Wang Wenchang, Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, visita Angola.
2004/03	Manuel Vicente, CEO, Sonangol, visita a China.
2004/03	Zeng Peiyan, Vice-Ministro da China, visita Angola.
2004/05	João Bernardo de Miranda, Ministro das Relações Exteriores de Angola, visita a China.
2004/09	Yang Zilin, Presidente do EximBank da China, visita Angola.
2005/02	Zeng Peiyan, Vice-Ministro da China, visita Angola.

2005/06	General Agostinho Nelumba Sanjar, Comandante das Forças Armadas Angolanas, visita a China.
2005/07	Lu Xinhua, Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, visita Angola.
2005/11	Jiang Yaoping, Vice-Ministro da Informação da Indústria da China, visita Angola.
2006/06	Wen Jiabao, Primeiro-Ministro da China, visita Angola.
2006/09	Joaquim Icuma Muafuma, Ministro do Comércio de Angola, visita a China.
2006/11	Fernando da Piedade dos Santos, Primeiro-Ministro de Angola, visita a China.
2007/09	Li Ruogu, Presidente do EximBank da China, visita Angola.
2007/10	António Burity da Silva, Ministro da Educação de Angola, visita a China.
2009/09	Li Ruogu, Presidente do EximBank da China, visita Angola.
2010/11	Xi Jinping, Vice-Presidente da China, visita Angola.
2014/03	Li Keqiang, Primeiro-Ministro da China, visita Angola.
2015/06	José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, visita a China.
2016/11	Archer Manguerra, Ministro das Finanças de Angola, visita a China.

Fonte: Antonieta Weza Figueiredo Bernardo, 2019.

A cooperação entre China-Angola fez-se logo sentir no início dos anos 2000 em setores como economia, educação, saúde pública e cultura. O primeiro acordo de

Cooperação realizou-se em 2002 entre Angola e o Banco de Construção da China, o Banco de Exportação e Importação (Eximbank¹⁰), no valor de 150 milhões de dólares (Carmen Mendes; Xintong Tian, 2020). Os empréstimos chineses normalmente são efetuados a partir dos três bancos estatais, China Development Bank (CDB), China Export-Import Bank (Exim Bank) e o Industrial and Commercial Bank of China. Estas duas instituições públicas, têm como objetivo apoiar as políticas chinesas quer no panorama internacional e nacional, garantindo também a segurança energética através do fornecimento de empréstimos em troca de petróleo. A estratégia de negociação destes três bancos passa por apresentarem largos empréstimos para investir em áreas como infraestruturas, energia e minerais, fornecendo taxas de juros mais baixas e períodos de pagamento mais longos; o desembolso de dinheiro é feito muito mais rapidamente do que os dos bancos ocidentais e não impõem condições de política ao mutuário. Contudo, em troca destas facilidades de empréstimos eles exigem a aquisição de bens e serviços da China.

Segundo Sofia Fernandes (2015), dos três bancos, dois deles são “policy banks” (o CDB e o Eximbank), sendo criados na época da reestruturação da política de cooperação chinesa nos anos 90. Existe uma divisão geográfica relativamente à área de atuação destes dois bancos. O China Export-Import Bank (EximBank) tem uma predominância maior no continente africano, enquanto, o China Development Bank (CDB) tem uma predominância mais significativa na América Latina.

No que respeita a Angola, o EximBank foi mais cauteloso devido ao elevado risco causado pela situação política e económica do país. Obviamente que este empréstimo, na ordem dos 150 milhões de dólares, não foi assim um valor tão avultado, mas em comparação com os empréstimos dos países ocidentais esta quantia era bastante mais significativa. No ano de 2003, deu-se a assinatura do Primeiro Acordo-Quadro de Financiamento entre o Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da China, tratando-se de uma linha de crédito no valor de 2 mil milhões de dólares, à qual

¹⁰ O Exim Bank é um banco estatal criado no ano de 1994, sendo as suas principais funções exportações de crédito, garantias internacionais, empréstimo para construção e investimento no exterior e fornecimento de linhas oficiais de crédito (Todd Moss; Sarah Rose, 2006).

o governo angolano teve acesso entre os anos de 2004 a 2007 (Carmen Mendes; Xintong Tian, 2020).

Foi ainda durante o ano de 2007 que foi assinado um segundo acordo entre o Ministério das Finanças de Angola e o Eximbank, sendo este valor dividido em duas tranches de 1,1 mil milhões de dólares, e refletido em 17 contratos de construção (envolveram mais de 52 projetos). Esta linha de crédito chinesa teve como objetivo proceder à reabilitação e construção de edifícios públicos, escolas, centros de saúde e hospitais (Tabela 3), sendo que esta linha de crédito teve uma orientação mais específica para a construção de infraestruturas básicas de abastecimento de água e energia.

No ano de 2010, foram elaborados novos acordos de financiamento com três bancos chineses, sendo eles, o China Development Bank (CDB), o Industrial and Commercial Bank of China e o Eximbank. No que diz respeito ao empréstimo do ICBC, 2,5 mil milhões de dólares, foi garantido em petróleo. Este banco é maioritariamente estatal, 70%, caracterizado, essencialmente por ser um banco de investimento, realizando operações importantes no setor financeiro em regiões como Indonésia, Macau, Doha, Dubai, Moscovo e Sydney (Sofia Fernandes, 2015).

Tabela 3 - Empréstimos chineses a Angola (2003-2016)

Ano	Valor	Motivo
2003	150 milhões de dólares	Valor financiado pelo EximBank e pelo International Construction Bank of China (ICBC) a empresas chinesas para a realização de projetos de infraestruturas na cidade de Luanda.
2003	2 mil milhões de euros	Acordo de financiamento entre o Ministério das Finanças e o Ministério do Comércio da China.
2007	Tranche adicional de 500 milhões de dólares	Em março de 2007 foi disponibilizada a segunda tranche da linha de crédito para o setor da educação (construção de escolas secundárias e politécnicas), para a Marinha (aquisição de 10 embarcações para patrulhamento da costa) e para o setor das telecomunicações (expansão da rede de telefone fixo e móvel). Esta segunda tranche excedeu o plafond aprovado, sendo complementado por uma linha adicional de 500 milhões de dólares.
2007	1,1 mil milhões	Segundo acordo de financiamento entre Eximbank e Ministério das Finanças, elaborado em duas tranches de 1,1 mil milhões de dólares e a 17 contratos de construção assinados, envolvendo 52 projetos.
2010	10 mil milhões de dólares	Foram realizados acordos de financiamento com 3 bancos da China: o CDB, o Industrial and Commercial Bank of China e o Eximbank.
2014	2 mil milhões de dólares	O CDB concedeu um empréstimo de 2 mil milhões de dólares à Sonangol, assinado em Pequim pelos conselhos de administração das duas empresas.
2016	6 mil milhões de dólares	Esta linha de crédito teve como objetivo ajudar Angola a enfrentar as dificuldades orçamentais provocadas pela quebra do preço do petróleo.

Fonte: Jornal de Angola.

4.3 China-Angola e a Cooperação

Com a aproximação a chinesa a Angola, a cooperação entre os dois países começou a estreitar-se. A partir dessa altura, a China começou a investir em áreas como agricultura, saúde e educação.

Após o término da guerra civil, muitas regiões de Angola apresentavam um cenário de destruição, sendo a ajuda internacional absolutamente necessária para a recuperação do país. Os empréstimos chineses auxiliaram na reconstrução e reabilitação de um largo número de centros de saúde e hospitais um pouco por todo o país. Em 2005, na área da saúde, foi assinado um acordo com a China, onde esta enviou uma equipa de 18 médicos, de modo a auxiliar na reabilitação e desenvolvimento do país, tal como providenciou doações de medicamentos essenciais (Ana Cristina Alves, 2010).

No campo da educação também se faz sentir a ajuda da China na reconstrução e reabilitação de Universidades e Institutos Politécnicos, feitas por empresas chinesas através das linhas de crédito do governo de Beijing. O governo chinês também proporciona bolsas de estudos a estudantes angolanos, para que estes tenham a oportunidade de estudarem em universidades chinesas (Ana Cristina Alves, 2010).

Também o setor da agricultura beneficiou das linhas de crédito chinesas. A China tem vindo a financiar a compra de equipamentos e projetos de irrigação nas províncias do Huíla, Huambo e Moxico (Ana Cristina Alves, 2010).

O setor militar também foi também alvo de um programa de cooperação, sendo este o setor mais antigo de cooperação entre ambos os países. Esta cooperação militar consistia na aquisição de equipamento militar chinês e treino das forças armadas angolanas pelo exército chinês, sendo a força área quem mais beneficiou desses treinos por parte de oficiais chineses (Apêndice 4). Para além disso, a China tem ajudado a retirar as minas antipessoais e anticarro localizadas por todo o país, tendo mesmo efetuado formações específicas sobre esse mesmo tema no ano de 2007, na cidade de Pequim, contando com a comparência de outros países como Moçambique e Guiné-Bissau (Ana Cristina Alves, 2010).

Um outro setor que beneficiou da ajuda chinesa, foi o setor da construção, com visão a reconstruir novos centros urbanos em Angola. Por sua vez o investimento dos países ocidentais não tinha a mesma dimensão comparado com o investimento chinês, que vinha a ter um crescimento exponencial significativo. Estes novos centros urbanos, construídos na periferia das grandes cidades, tinham como objetivo de resolver o défice habitacional do país. Os anos que se seguiram à guerra civil foram bastante difíceis devido à destruição maciça das cidades e à falta de confiança dos parceiros comerciais. Face a esta hesitação dos países ocidentais, no que concerne a ajudas financeiras, fez com que a China olhasse para esta situação como uma oportunidade para reforçar a sua presença em Angola, através da concessão de linhas de crédito.

A grave crise no setor de habitação, perante o enorme cenário de destruição, contribuiu para que em 2008, após a sua reeleição, José Eduardo dos Santos promettesse construir cerca de 1 milhão de habitações (685.000 através de autoconstrução, 185.000 através do governo, 120.000 através do setor privado e 80.000 através de cooperativas). As províncias de Benguela, Luanda, Namibe, Lubango e Malange foram as escolhidas para fazer parte deste projeto de construção de novas cidades satélites. As quatro cidades satélites fora de Luanda foram construídas, exclusivamente, por empresas estatais chinesas (David Benazeraf; Ana Cristina Alves, 2014). Estas cidades satélites foram financiadas através de empréstimos chineses garantidos através do petróleo angolano, seja através de acordos de cooperação bilateral ou através de contratos privados. Dentro deste projeto, a província que sofreu uma transformação mais significativa foi a de Kilamba Kiaxi¹¹. “According to the chief engineer of Citic Construction, the town is the biggest overseas project built thus far by Chinese firms, with 3.3 million m² in the first phase alone (710 buildings or 20 000 apartments were completed in September 2012)” (David Benazeraf; Ana Cristina Alves, 2014, p.3).

Ainda no setor da construção civil, os chineses foram os grandes responsáveis pelos grandes projetos de infraestruturas, sendo estes: o aeroporto de Luanda e a

¹¹ Este projeto de Kilamba Kiaxi construiu cerca de 24 jardins de infância, 9 escolas primárias e 8 escolas secundárias. Para além disto, também construíram infraestruturas de apoio composta por dois transformadores de alta tensão, 77 subestações de energia, 400 km de tubulações de água, uma estação de esgoto, semáforos e paragem de autocarros.

autoestrada de acesso a Luanda- Bom Jesus; os Caminhos de ferro de Luanda e de Benguela; a urbanização da cidade de Cabinda (construção de 5 mil apartamentos, projeto habitacional que se estendeu a mais 23 cidades); a construção do novo hospital e melhoria em mais quatro hospitais provinciais e muitas outras estruturas municipais de saúde; construção e apetrechamento de 46 escolas de vários níveis de ensino; recuperação de quatro mil quilómetros de estradas; e diversos empreendimentos agrícolas (irrigação) (Rui P. Pereira, 2006).

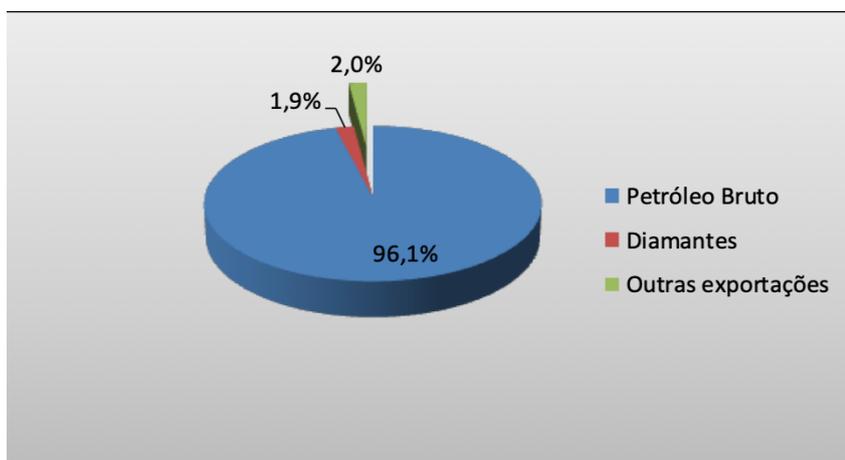
Se por um lado estas intervenções chinesas em Angola promovem o desenvolvimento e crescimento económico do país, por outro lado também têm as suas desvantagens. As linhas de crédito chinesas implicam que 70% das obras de construção sejam realizadas por empresas chinesas, lesando as empresas locais, do qual só teriam direito apenas a cerca de 30%, o que tem um impacto negativo na criação de emprego. Outro aspeto negativo, vai ao encontro da planificação na cidade satélite em si. A falta de adaptação ao contexto local, provocou um grande desafio para a população residente devido à não harmonia no panorama urbano da restante cidade. As empresas chinesas criaram assim, uma planificação urbana baseada em princípios de construção orientais das suas próprias cidades.

O processo de venda e de alojamento, também criou um entrave à população angolana. O substancial preço elevado das habitações, impossibilitou a compra/arrendamento destes, face ao fraco poder de compra da maioria dos cidadãos. Aqueles que queiram comprar uma casa numa destas cidades têm de se candidatar para participar no processo de atribuição, sendo as filas de espera demasiado longas; os preços das casas são mais baixos do que na capital, mas apenas 20% da população de Luanda tem possibilidade para realmente comprar uma casa. Estas acabam por ter uma limitação muito grande de serviços públicos e fraca integração com as restantes áreas urbanas ao redor. Por um lado, a ajuda chinesa acaba por ser essencial em todo o processo de reconstrução e desenvolvimento do país, mas por outro lado acaba por afetar a economia angolana em alguns setores cruciais (Ana Cristina Alves, 2010).

4.4 O petróleo nas relações China-Angola

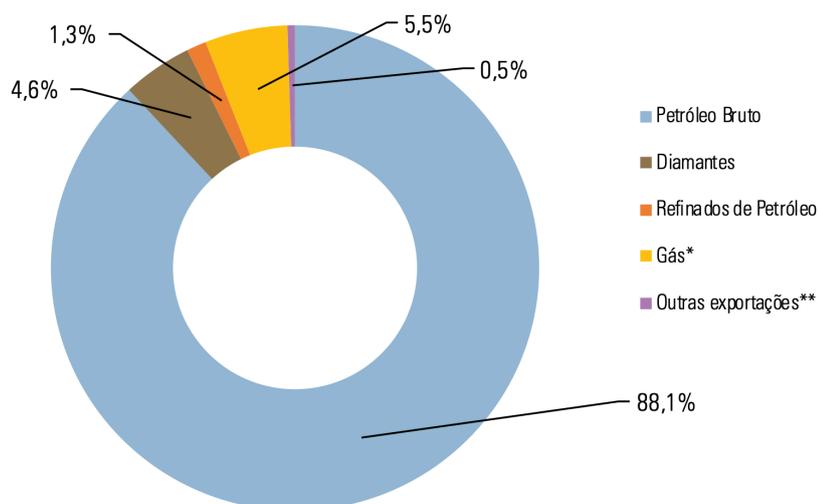
As relações comerciais centram-se, sobretudo, nos recursos energéticos, nomeadamente no petróleo. Atualmente, a China apresenta-se, como a maior importadora de petróleo de Angola. Já no que respeita às suas exportações para território angolano, a República Popular da China apresenta uma maior variedade de produtos como têxteis, vestuário, calçado, medicamentos e material escolar.

Gráfico 1 - Estrutura das Exportações de Angola em 2010



Fonte: Banco Nacional de Angola, 2010.

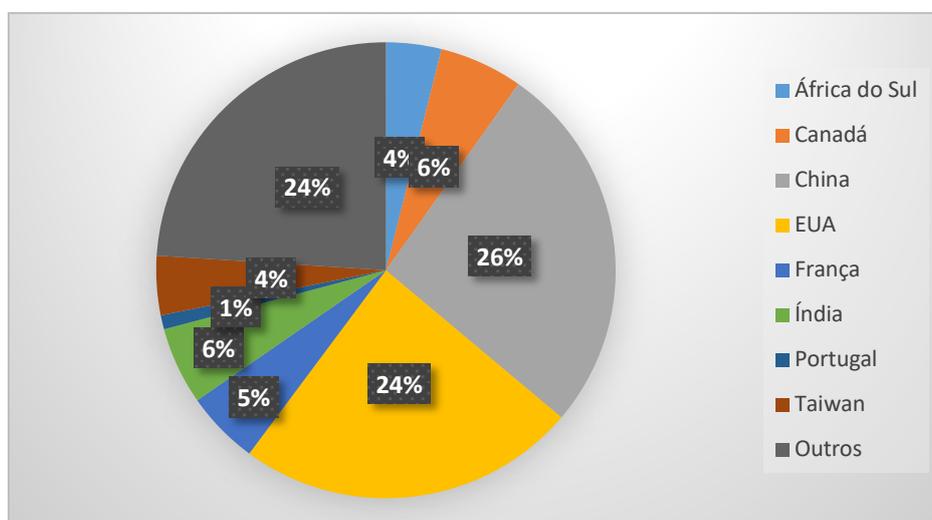
Gráfico 2 - Estrutura das Exportações de Angola em 2020



Fonte: Banco Nacional de Angola, 2020.

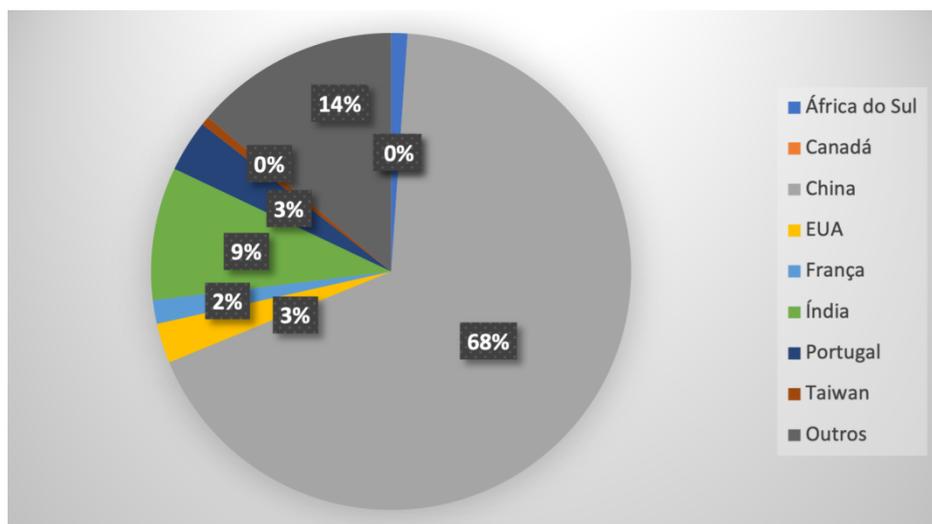
Podemos verificar nestes dois gráficos que o petróleo é de longe o produto mais exportado por Angola, seguido por os diamantes e outros produtos como refinados de petróleo, gás, café e madeira (Gráfico 1 e 2). No que respeita ao destino das exportações, a China lidera como o país que mais importa petróleo angolano (26%), sendo essa mesma marca atingida no ano de 2007 (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Exportações de Petróleo bruto de Angola (2007)



Fonte: Banco Nacional de Angola.

Gráfico 4 - Exportações de Petróleo Bruto (2019)



Fonte: Banco Nacional de Angola.

Uma grande parte deste comércio bilateral é alimentado pela importação de petróleo por parte da China, tornando-se no ano de 2007, com cerca de 26%, o maior importador de petróleo angolano, ultrapassando assim os Estados Unidos da América, que importava cerca de 24%. Este crescimento económico bilateral começou a ganhar um maior destaque a partir do ano de 2004, ano em que a primeira linha de crédito foi aplicada, dando ênfase à importância do petróleo nas relações entre os dois países.

Este crescimento da China como principal importador de petróleo angolano deve-se em grande parte à instabilidade dos mercados petrolíferos e aos problemas geopolíticos adjacentes no Médio Oriente. Ou seja, estas contradições políticas levaram os chineses a terem de procurar por mercados mais estáveis e, de preferência, menos disputados pelas entidades ocidentais (Maria Gusmão Mendonça, 2011). É precisamente dentro deste panorama internacional que a China decidiu optar pelo continente africano para combater as suas necessidades energéticas, tendo Angola acabado por ganhar protagonismo dentro do cenário económico chinês.

Até ao ano de 2009 a China cedeu cerca de 12 mil milhões de dólares a Angola, com o objetivo de reforçar a sua relação económica com o país. Em 2008, o presidente José Eduardo dos Santos visitou a República Popular da China com o objetivo de convencer os chineses a permanecer com a linha de crédito. Desta vista, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao garantiu que os empréstimos chineses não iriam ser reduzidos e o Presidente Hu Jintao, no ano de 2009, introduziu cerca de quatro propostas para uma cooperação mais profunda e um desenvolvimento mais efetivo das relações bilaterais. Logo após a visita do presidente angolano à RPC, o Ministro do Comércio chinês Chen Deming visitou Luanda para garantir a cooperação entre ambos os países nas áreas do setor petrolífero, setor de construção e setor agrícola (Ana Cristina Alves, 2010).

Como referido anteriormente, a China teve um papel fulcral na reconstrução de Angola, através da concessão de empréstimos. Tirando o setor petrolífero e da construção, o investimento direto estrangeiro chinês também se verificou no setor da indústria ligeira, retalho e transportes.

De realçar que esta cooperação bilateral nos diferentes setores permitiu que Angola crescesse em vários setores da economia. Tudo isto se deveu, principalmente, à capacidade chinesa de identificar quais os pontos críticos de Angola logo após o conflito bélico, conseguindo estabelecer uma ligação direta à presidência angolana¹². Olhando um pouco para o ponto de vista da população angolana, a China não é vista assim com tão bons olhos, pois a presença no país veio retirar ofertas de emprego aos locais, veio competir, de uma forma pouco justa, com as empresas e indústrias locais acabando estas muitas das vezes por não resistir à competitividade e as dívidas que Angola contraiu aos chineses.

4.4.1. Estrutura do setor petrolífero em Angola

Angola é constitucionalmente um estado multipartidário, mas que em termos reais o poder político está centrado na presidência. Esta centralização de poder está diretamente ligada à capacidade de controlo sobre os meios de produção e sociedade, garantido a não contestação governativa. Segundo Ana Cristina Alves (2013), o grande objetivo desta presidência é controlar a vida política e económica de Angola, aparentando ser um sistema multipartidário e uma economia de mercado. Para além do controlo de todo o sistema político e económico, o governo angolano também obtém total influência na indústria petrolífera através do controlo da Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola)¹³.

Empresas como a Texaco, Mobil, Fina e Shell renegociaram as suas posições depois da independência, ficando a Sonangol responsável pelas operações e infraestruturas petrolíferas. No ano de 1978 promulgou-se a primeira lei do Petróleo,

¹² Esta ligação direta à presidência angolana só foi possível porque MOFCOM (Ministério do Comércio da República Popular da China) e o Exim Bank estabeleceram relações diretas com o MINFIN (Ministério das Finanças de Angola) e o CIF (China International Fund) com GRN (Gabinete de Reconstrução Nacional).

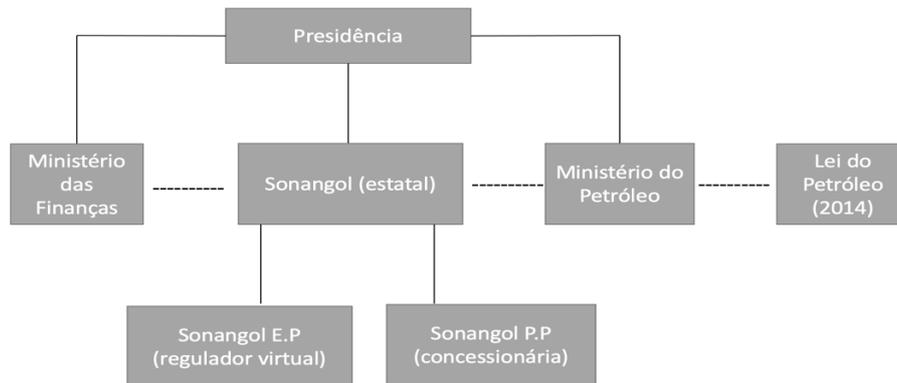
¹³ A SONANGOL foi criada no ano de 1976, sendo a concessionária exclusiva para a exploração de hidrocarbonetos líquidos e gasosos no subsolo e na plataforma continental de Angola. Esta empresa estatal tem como principais atividades a prospeção, pesquisa, desenvolvimento, comercialização, produção, armazenagem, transporte e refinação dos hidrocarbonetos e dos seus derivados e podem ser desempenhadas de forma autónoma ou em associação com empresas estrangeiras.

sendo posteriormente revista e substituída por uma nova lei em 2004¹⁴. Todo este panorama político e económico beneficiou a Sonangol, deixando a empresa estatal numa posição de extrema importância no cenário petrolífero angolano podendo ter acesso a várias regalias, sendo elas as competências de quase-reguladores, em áreas como organização de leilões de concessões de petróleo, assinatura de acordos de partilha de produção, e liberdade de tomada de decisão na atividade de exploração e produção de petróleo (Ana Cristina Alves, 2013). De forma a vincar ainda mais o poder da empresa da Sonangol na indústria petrolífera, na Lei do Petróleo de 2004 consta também que todas as empresas petrolíferas que entram no mercado angolano têm, obrigatoriamente, que estabelecer uma associação com a Sonangol, através da criação de empresas comerciais, consórcios ou acordos de partilha de produção.

A forte influência da Sonangol na indústria acaba por ofuscar os órgãos institucionais que atuam de forma regular o setor. O Ministério das Finanças e o Ministério do Petróleo, atualmente denominado de Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, são responsáveis pela legislação reguladora, a definição das áreas dos blocos, a emissão de licenças de prospeção (destas licenças exclui-se as de exploração, que estão a cargo da Sonangol) e a promoção de estudos e inventários dos recursos petrolíferos nacionais.

¹⁴ Esta nova lei permaneceu com os mesmos princípios da de 1978, alterando apenas alguns conceitos e práticas causado pela próprio desenvolvimento e evolução do setor petrolífero angolano.

Figura 1 - Representação da Estrutura Institucional do Setor Petrolífero de Angola



Fonte: Ana Cristina Alves, 2013.

4.5 O Petróleo nas Relações bilaterais China-Angola

No início dos anos 90 a China passou a ser importadora de petróleo devido ao rápido crescimento que se verificou no país. Em termos diplomáticos o país teve de se reestruturar de forma a garantir que os recursos energéticos eram adquiridos de forma segura e, continuar assim, a manter o crescimento económico.

Após o término da Guerra Fria, a China decidiu estruturar a sua política externa, sendo esses objetivos definidos na:

- 1) necessidade de combater o “medo” do mundo com relação à China, uma vez que esse medo dificultaria a criação do ambiente internacional necessário para o fortalecimento das reformas domésticas e do reconhecimento internacional que a China aspira ter;
- 2) a busca do sucesso diplomático, uma vez que há percepção por parte do governo chinês de que as reações positivas com relação à ascensão chinesa dependem em grande medida das próprias decisões da China;
- 3) a criação de um caminho alternativo para o reconhecimento do país como grande potência, garantindo que a China ascenda positiva, segura e pacificamente com relação ao mundo político (Mariana Oliveira; Jaqueline Paiva; Carlos Carvalho e Ana Souza, 2012, p.66).

Esta reformulação da política externa chinesa tem como objetivo estimular o crescimento económico através da criação de um ambiente internacional que vá de acordo com as suas pretensões políticas. Os líderes políticos chineses, prenderam-se com a questão de como contrariar o peso hierárquico que os Estados Unidos representam para a ordem internacional. Mesmo com estas complicações, Beijing continua a tentar criar um ambiente internacional favorável que lhes permita desenvolver o seu processo de evolução da sua influência à escala mundial. Enquanto, por um lado a China tenta demonstrar os seus interesses com a sua participação na ordem internacional, por outro tenta estabelecer uma multipolarização das relações internacionais de maneira a opor-se ao domínio ocidental, investindo assim o seu interesse em outros continentes.

A República Popular da China tem vindo a desenvolver a sua diplomacia económica através da cooperação, investimento e comércio no continente africano, reforçando assim o seu diálogo Sul-Sul e o “soft-power” nas relações internacionais (Ana Cristina Alves, 2008). Ou seja, com o desenvolvimento desta estratégia diplomática, permitiu à China criar um ambiente favorável no ponto de vista das relações internacionais e, assim, permitir a emergência chinesa através da criação de novos parceiros comerciais, a perda do medo, providenciando mercados e recursos necessários para a permanência do crescimento económico chinês.

A diplomacia económica é uma peça essencial para a criação e expansão dos mercados para escoação de produtos e, evidentemente, criando espaço para que as empresas chinesas possam investir. Sendo a China um país que se encontra dependente de recursos energéticos, teve que se apoiar na diplomacia económica e comercial para garantir a segurança energética do país recorrendo assim à criação dos Fóruns de Cooperação. O Fórum de Cooperação China-África¹⁵ serviu para a China assegurar o acesso a recursos energéticos, promovendo a cooperação entre Beijing e os países

¹⁵ O FOCAC (Fórum de Cooperação China-África) foi criado em outubro do ano 2000 e tem como principais objetivos promover a cooperação entre a China e os países africano em diversos campos, sendo eles a cooperação multilateral, cooperação nos assuntos políticos dos países integrantes, questões de paz e estabilidade e cooperação para o desenvolvimento económico e social.

africanos. Já o Fórum de Macau¹⁶ veio promover uma aproximação regional aos países de língua portuguesa maximizando a cooperação e o investimento entre ambos. Estes dois Fóruns criados pela China em muito vieram contribuir para o desenvolvimento do comércio entre o continente africano e Beijing, fazendo com que o crescimento comercial crescesse exponencialmente.

No que respeita aos parceiros comerciais africanos, Angola destaca-se como o principal parceiro comercial chinês no continente. A principal matéria-prima que faz com que este aumento do comércio bilateral seja exponencial é o petróleo, representando mais de 95% das exportações angolanas. Para além do petróleo, as empresas chinesas também desempenham uma função importante em Angola ao investirem em outros setores como agricultura, pesca, pecuária, energia hidroelétrica, biocombustíveis e outros recursos minerais como ferro, cobre, diamante e ouro.

¹⁶ O Fórum de Macau (Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa) foi criado em 2003, contando com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe (desde março de 2017) e Timor-Leste. Este Fórum centra-se em áreas de cooperação como: Intergovernamental, Comércio, Investimento e Cooperação Empresarial, Capacidade produtiva, Agricultura e Pescas, Construção de Infraestruturas, Energias e Recursos Naturais, Educação e Recursos Humanos, Área Financeira, Cooperação para o Desenvolvimento, Turismo, Transportes e Comunicações, Cultura e Desporto, Saúde, Mar, Províncias e Municípios, Ciência e Tecnologia, Segurança Alimentar, Proteção Ambiental, entre outras.

5 Resultados de Pesquisa

Com base na análise das diversas fontes consultadas e da bibliografia lida e analisada, as hipóteses de partida foram reformuladas do seguinte modo:

Tabela 4 – Formulação de Hipóteses

Hipóteses	Hipóteses Formuladas
Hipótese 1	Angola apresenta-se numa posição de dependência face à China.
Hipótese 2	O interesse chinês em Angola centra-se exclusivamente no setor petrolífero.
Hipótese 3	O forte investimento chinês veio reforçar as relações bilaterais.
Hipótese 4	O setor petrolífero apresenta-se como motor de desenvolvimento de Angola e a China como principal impulsionador.

Fonte: A autoria Própria.

5.1 Resultados de pesquisa e validação empírica das hipóteses

Hipótese 1: *Angola apresenta-se numa posição de dependência face à China*

Foi a partir do ano de 2002, a China começou a intensificar a sua presença no território angolano. De acordo com a estrutura das exportações de Angola, o petróleo bruto é aquele que mais representatividade apresenta. Segundo o Banco Nacional de Angola (2010), o petróleo representa cerca de 90% das exportações, sendo seguido pelo gás (4%), os diamantes (3,5%), refinados de petróleo (1%) e outras exportações a representarem cerca de 0,5%.

Sendo então o setor petrolífero aquela que mais importância e relevância tem no setor de exportações, é necessário verificar quais os destinos para onde Angola mais exporta (Tabela 6 e Anexo1).

Tabela 5 - Exportações de Petróleo angolano (2002-2019)

	2002	2006	2007	2019
África do Sul	1%	1,8%	3,9%	1,1%
Canadá	_____	5,5%	5,9%	_____
China	17,5%	30,1%	26,4%	67,6%
EUA	36,4%	31,4%	24%	2,7%
França	7,2%	3,5%	5,2%	1,6%
Índia	_____	2%	5,5%	9%
Portugal	0,4%	_____	1%	3,5%
Taiwan	6,8%	5,2%	4,2%	0,6%
Outros	30,7%	20,5%	24%	13,8%

Fonte: Banco de Portugal e Banco Nacional de Angola.

Com base na tabela 5, é possível compreender a importância que a China tem assumido no setor petrolífero angolano. No ano de 2019, as exportações já se centram nos 67,6%, sendo então a China o principal destino para onde Angola exporta. Mesmo no que respeita às importações, a China também tem vindo a aumentar a sua importância (Tabela 7 e Anexo 2).

Tabela 6 - Importações de Angola (2005-2019)

	2005	2008	2013	2018	2019
África do Sul	9,6%	5,7%	3,7%	3,4%	3,8%
Bélgica	5,7%	4,5%	5,5%	6,4%	6,2%
Brasil	7,9%	8,2%	4,3%	3,5%	3,9%
China	6,8%	10%	10,1%	13,8%	14%
EUA	5,7%	9,1%	4,7%	4,7%	4,4%
Portugal	18,3%	17,7%	16,4%	13,3%	12,9%
Reino Unido	3,9%	3,6%	3,4%	2,9%	3,2%
Outros	42%	41,3%	51,8%	50,4%	51,7%

Fonte: Banco de Portugal e Banco Nacional de Angola.

Sendo o petróleo o produto mais importante que Angola exporta, representando cerca de 90% do total de exportações, é possível verificar que a China assumiu uma importância muito significativa nas exportações angolanas. A China, desde o ano de 2007, ocupa a primeira posição de destino de exportações de petróleo e nestes últimos cinco anos tem vindo a aumentar a diferença percentual face aos outros países para onde Angola exporta. Neste momento, é possível concluir que Angola depende da China para exportar petróleo.

Hipótese 2: O interesse chinês em Angola centra-se exclusivamente no setor petrolífero

Como já referido anteriormente, a China tem assumido um papel de extrema importância no setor petrolífero angolano, sendo o ano de 2007 representado pelo facto de ter ultrapassado os Estados Unidos da América e assumido a liderança como principal importador. Posto isto, é notório a representatividade chinesa neste setor. Contudo, não é só no setor petrolífero que a presença da China se faz sentir. Desde o estreitamento de relações, no ano de 2002, a RPC tem tentando diversificar o seu investimento no país (Tabela 8 e Anexo 3).

Tabela 7 - Contratos de Construção (2005-2019)

Ano	Mês	Investidor	Quantidade em milhões	Setor
2005	Dezembro	China Communications Construction	\$ 210	Transportes
2007	Dezembro	China Railway Construction	\$ 1830	Transportes
2008	Junho	CITIC	\$ 2940	Imobiliário
2009	Fevereiro	China Communications Construction	\$ 1130	Transportes
2011	Janeiro	CITIC	\$ 1470	Imobiliário
2012	Dezembro	Tebian Electric Apparatus, Powr Construction Corp	\$ 800	Energia
2014	Agosto	Sinomach	\$ 990	Energia
2015	Dezembro	CITIC	\$ 610	Serviços de Utilidade Pública
2016	Fevereiro	China Communications Construction	\$ 830	Transportes
2017	Junho	China Energy Engineering	\$ 2770	Energia
2019	Novembro	Power Construction Corp	\$ 280	Agricultura

Fonte: The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation.

Com base nestes dados podemos concluir que a China tem vindo também a investir noutros setores para além do petrolífero, como por exemplo o setor dos

transportes. Segundo a imprensa angolana, nos recentes anos a RPC tem vindo a aumentar os seus interesses e investimentos no setor agrícola (Apêndice 2).

“O governo chinês vai conceder um apoio de 100 milhões de yuans (35.370 milhões de kwanzas) a fundo perdido para o desenvolvimento de projetos agrícolas em Angola. Montante destinado à implementação de vários projetos, entre os quais um de assistência técnica do centro de demonstração da tecnologia agrícola.” (Jornal de Angola, 2019)

Posto isto, é possível verificar que a RPC tem vindo a expandir os seus interesses nos vários setores da economia angolana, tendo o setor agrícola e das energias renováveis vindo a ganhar uma maior importância.

Em todo o caso, esta constatação não infirma totalmente que o principal interesse da China nas relações bilaterais com Angola seja o petróleo na medida em que parte deste investimento está alavancado na exportação de ramos de Angola. Seria necessário conhecer de perto as condições e os termos dos contratos de empréstimo e do investimento chinês em Angola para se demonstrar a desagregação do esforço chinês em setores não petrolíferos dos negócios do petróleo.

Hipótese 3: O forte investimento chinês veio reforçar as relações bilaterais

A China tem vindo a reforçar o seu investimento em Angola e com isso, conseqüentemente, acaba por aprofundar as relações entre os países. A cooperação bilateral tem sido muito significativa, tendo Angola no ano de 2007 ocupado a posição de maior parceiro comercial da China no continente africano (Apêndice 3).

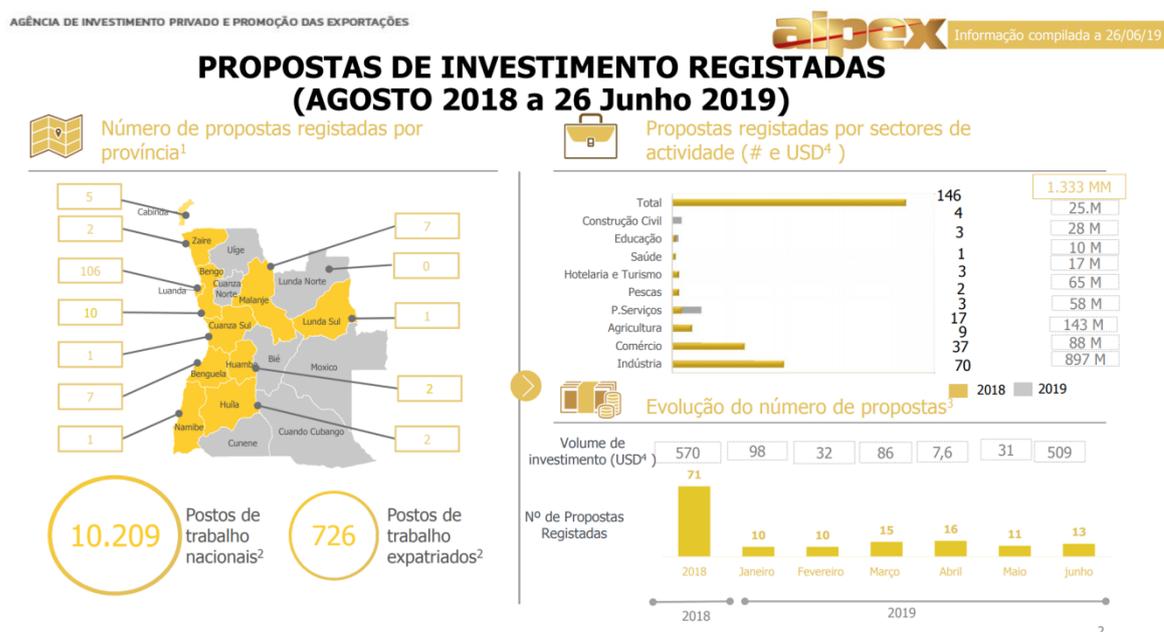
“Desde 2007, Angola é o maior parceiro comercial da China em África, com um volume de negócios que registou, só em 2010, um total 24,8 mil milhões de dólares. A China é atualmente o maior credor de Angola, com base em várias linhas de crédito abertas pelo governo chinês, através de bancos estatais. Segundo o embaixador chinês, através de bancos estatais. Segundo o embaixador chinês, Gon Tao, a China quer continuar a investir em Angola, sobretudo em setores como a agricultura e a pesca.” (Jornal de Angola, 2020)

O reforço das relações bilaterais está diretamente associado à área da cooperação. Ao longo dos últimos anos temos assistido a um estreitamento da cooperação entre a China e Angola (Apêndice 4, 5, 6 e 7).

“O Ministério da Defesa vai aproveitar a reunião em Luanda do Comitê Conjunto de Cooperação para Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Angola-China para estreitar a cooperação e encontrar apoio para o lançamento de projetos considerados prioritários para as Forças Armadas Angolanas (FAA). Em cima da mesa estão projetos de cooperação militar nas áreas do fornecimento e manutenção de equipamentos da indústria de defesa, assistência técnica, formação de especialistas e construção de infraestruturas para as FAA.” (Novo Jornal, 2019)

Segundo a Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações, entre 2018 e 2019 Angola registou cerca de 146 propostas de investimento, destacando-se o setor da indústria e o comércio.

Figura 2 - Propostas de Investimento Registadas



1. Investimentos por local de implementação; 2. Postos de trabalho previstos; 3. investimento por período; 4. Valores de investimento

Fonte: Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações.

De acordo com as 146 destacam-se Angola com cerca de 66 projetos (932 milhões de dólares), China com 12 (60,4 milhões de dólares) e Portugal com igualmente 12 projetos (5,7 milhões de dólares).

Conforme os dados demonstrados no capítulo anterior, as visitas oficiais de parte a parte, bem como os empréstimos fornecidos pela China são dois aspetos vitais que fizeram com que estas relações bilaterais sofressem um forte aprofundamento.

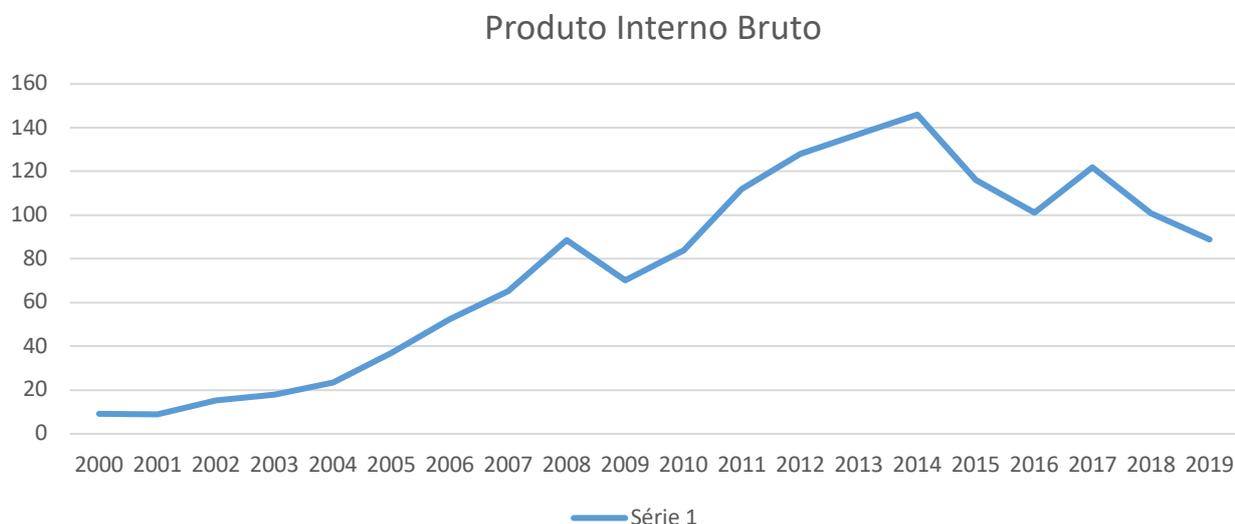
Com isto, podemos concluir que a partir de ano de 2007 temos vindo a assistir a um crescimento e estreitamento das relações entre ambos os países, com áreas como, a educação, construção, agricultura e pesca, a sofrer uma forte atenção e investimento chinês.

Hipótese 4: O setor petrolífero apresenta-se como motor de desenvolvimento de Angola e a China como principal impulsionador

Como já exemplificado no capítulo anterior, o setor petrolífero assume um papel importante na economia angolana, sendo responsável por cerca de 90% das exportações do país. A China assumiu o papel de principal importador no ano de 2007 e, desde então, tem mantido essa posição e aumentado cada vez mais a discrepância para os restantes países.

Se olharmos para o PIB (Produto Interno Bruto) no início dos anos 2000 até 2019, percebemos que houve um crescimento bastante significativo. Esse crescimento começou a verificar-se essencialmente a partir do ano de 2002, precisamente quando acabou a guerra civil no país e se iniciou o processo de reconstrução.

Gráfico 5 - Produto Interno Bruto de Angola (2000-2019)



Fonte: Banco Mundial.

Para além do crescimento do PIB, a partir do ano de 2007 começa-se a verificar uma diminuição significativa na taxa de desempregados do país, o que reflete um crescimento e desenvolvimento da economia angolana.

Tabela 8 – Taxa de Desemprego em Angola (2006-2010)

2006	35%
2007	29%
2008	25%
2009	25%
2010	25%
2011	25%
2012	26%
2013	25%
2014	26%

2015	26%
2016	_____
2017	20%
2018	20%
2019	29%
2020	20%

Fonte: Trading Economics.

Com base nisto, o setor petrolífero ainda se mantém como o motor de desenvolvimento da economia angolana, tendo a China como o seu principal importador.

Para concluir, verificou-se que 3 das 4 hipóteses apresentadas foram aceites, sendo apenas uma rejeitada. A China, claramente, que se assume como o principal parceiro comercial de Angola, sendo o país que mais petróleo importa. No que respeita aos investimentos chineses no país, verifica-se que estes têm sido uma peça fundamental para o aprimoramento das relações entre os dois países. Nestes últimos anos temos assistido a uma preocupação tanto de Angola como da China em diversificar as áreas de investimento, começando o setor agrícola a ganhar alguma relevância.

Tabela 9 – Validação de Hipóteses

Hipóteses	Hipóteses Formuladas	Conclusões	Hipótese
Hipótese 1	Angola apresenta-se numa posição de dependência face à China.	✓	Aceite
Hipótese 2	O interesse chinês em Angola centra-se exclusivamente no setor petrolífero.	✗	Rejeitada
Hipótese 3	O forte investimento chinês veio reforçar as relações bilaterais.	✓	Aceite
Hipótese 4	O setor petrolífero apresenta-se como motor de desenvolvimento de Angola e a China como principal impulsionador.	✓	Aceite

Fonte: Autoria Própria.

Conclusão ou Considerações Finais

As relações entre a China e os países africanos têm um passado histórico consideravelmente longo. No que diz respeito às relações entre a RPC e Angola, estas começaram a intensificar-se logo após o fim da guerra civil, tendo o governo chinês sido uma grande ajuda na reconstrução do país. Ao longo destes vinte anos de análise deu para compreender a caracterização destas relações. Através de instrumentos como o soft-power e a cooperação sul-sul, as relações entre estes dois países traduziu-se num aumento de investimento chinês em vários setores, nomeadamente o dos recursos energéticos, transportes e construção, um aumento na cooperação, respetivamente na área da educação (concessão de bolsas de estudos a estudantes angolanos), na saúde (reabilitação de hospitais, envio de medicamentos), reconstrução de edifícios públicos, construção de estradas, construção de aeroportos e criação de novas centralidades em grande parte das cidades angolanas.

Angola vê com bons olhos as relações com a China. No ano de 2015, na segunda cimeira do Fórum de Cooperação China-África, em Joanesburgo, o chefe de estado angolano, José Eduardo dos Santos afirmou que a China é um parceiro imprescindível para o desenvolvimento do continente africano.

De acordo com os objetivos desta dissertação, importa realizar as considerações finais acerca da temática abordada e dos resultados obtidos, com base em considerações de caráter geral e específico.

Posto isto, as considerações de caráter geral assentam em definir os pontos-chave e conclusivos sobre a dissertação em questão. Relações bilaterais entre China e Angola: em que medida podemos caracterizar este relacionamento?

1. O ano de 2002 foi o ponto de viragem no relacionamento dos dois países. A China aproximou-se de Angola, ajudando-os na reabilitação do país no pós-guerra e, tornando-se a partir de então, o maior parceiro comercial do país.
2. Numa fase inicial, podemos concluir que o interesse chinês no país se deveu à riqueza nos recursos energéticos, nomeadamente o petróleo. A grande parte dos empréstimos da RPC a Angola eram efetuados a troco de petróleo.

3. A China torna-se o maior importador de petróleo em 2007, o que fez com que a cooperação entre os dois países também aumentasse consideravelmente. Esta cooperação permite com que, supostamente, ambos os países tenham benefícios. Ou seja, com a cooperação a ganhar peso, permitiu a Angola obter financiamento para os seus projetos, enquanto a China conseguiu acesso aos recursos energéticos, bem como viu nesta cooperação uma oportunidade para escoar os seus produtos, as suas empresas e, conseqüentemente, a sua mão-de-obra.

Tendo em conta estes pontos, colocam-se outras questões de características mais específicas. Angola apresenta-se numa posição de dependência face à China? Quem é que define os termos desta relação? Esta relação é meramente económica ou também terá interesses políticos?

4. Como demonstrado nas hipóteses acima, a China apresenta-se como o maior importador de petróleo angolano, correspondendo a mais de metade das exportações de Angola. Os empréstimos que a China fornece são essenciais para Angola conseguir realizar os seus projetos, mas com isto também aumenta o endividamento face ao gigante asiático.
5. Os financiamentos que a China tem fornecido a Angola têm-se afirmado em vários setores, sendo aqueles que mais se destacam o setor da construção e dos transportes. Estes investimentos permitiram que Angola crescesse significativamente ao longo destes últimos 20 anos, fazendo com que se reabilitassem milhares de quilómetros de caminhos-de-ferro e de estradas, hospitais, centros de saúde, escolas, universidades, entre outros. Se por um lado houve uma reabilitação nos principais serviços públicos angolanos, por outro ainda se tenta compreender quais as vantagens que a população de Angola está a retirar desta situação. Muitas das cidades e províncias ainda continuam sem acesso a saneamento básico e acesso a água potável, sem acesso a eletricidade, sem acesso à escolaridade, fazendo com que ainda se continue a duvidar que estes investimentos chineses tenham um impacto direto na população angolana.

6. A China vê no mercado angolano uma boa oportunidade para escoar os seus produtos, acabando assim por prejudicar as indústrias locais angolanas, não tendo estas a capacidade de competir com os produtos chineses.
7. Muitas das empresas sediadas em Angola não cumprem com os direitos básicos dos trabalhadores (muitas das vezes trabalham mais horas do que as que estão legisladas, não cumprem com o pagamento do salário mínimo), sendo estes rapidamente substituídos por empregados chineses, acabando por gerar concorrência.
8. Para além do investimento nos setores da construção, transportes e energia, a China tem começado também a investir no setor da agricultura, ainda que muito lentamente. O setor agrícola é dos setores mais importantes para países com economias de subsistência, como é o caso de Angola. Sendo o setor da energia, mais concretamente o setor petrolífero, efémero, é necessário que o governo angolano comece a investir noutras áreas da sua economia. A China poderá ser um bom aliado neste processo, visto que tem capacidade de investimento e um conhecimento mais aprofundado e modernizado no que ao setor agrícola diz respeito.
9. Esta relação não se baseia só em termos económicos, Angola também representa para a China um forte aliado no que às relações internacionais diz respeito. Neste caso, não só Angola é importante, bem como os restantes países africanos, visto que juntos têm uma importância política dentro das organizações e fóruns internacionais. Sendo a China um país que quer ter uma palavra e importância dentro da ordem internacional, precisa de aliados para continuar a afirmar os seus princípios.
10. Por último, é possível verificar que Angola tem se desenvolvido aos longos destes últimos vinte anos e que a China tem sido dos principais países que tem financiado e ajudado neste processo de crescimento, mas é necessário que isto também se faça sentir na população angolana, visto que, até ao momento não tem sido muito perceptível.

Analisando as relações bilaterais China-Angola, percebemos o método utilizado pelos chineses se baseia no *oil-for-infrastructure*. Se olharmos mais a fundo para esta questão rapidamente percebemos que Angola se encontra numa posição de desvantagem face à China, visto que o petróleo é um recurso limitado. Angola faz-se valer deste recurso para pagar as suas dívidas à China, mas sabemos que é necessário encontrar outras formas de pagamento. Neste momento, é perceptível a preocupação do país africano em encontrar outras formas de pagar as suas dívidas, vendo noutros setores com potencial lucro como a agricultura e a pesca uma boa oportunidade para investir e ter retornos lucrativos.

É necessário que Angola consiga atrair investimentos para outros setores como a saúde, a educação, a pesca e agricultura, pois de momento estes setores não têm conseguido dar uma resposta às necessidades da população.

Em conclusão, as relações entre Angola e China podem ser caracterizadas por aspetos positivos e negativos. Angola necessita de se afirmar mais nesta relação, sendo capaz de promover o crescimento económico e sustentável, promover a criação de emprego, apostar em outros setores da sua economia de forma a não ficar tão dependente do petróleo e reduzir a taxa de desemprego e de pobreza da sua população. Para isso, a China poderá ter um papel essencial, visto que, é dos países que mais investe em Angola. Ainda há um longo caminho a percorrer, no que a Angola diz respeito, para que estas relações possam ser igualitárias e mais lucrativas para ambas as partes.

Referências Bibliográficas

ALBERT, Eleanor- China's Big Bet on Soft Power. Council on Foreign Relations, 2018.

ALDEN, Chris- A China em África. Cascais: Sururu, produções culturais, 2007. (África). ISBN 978-989-8284-00-6.

ALVES, Ana Cristina- Chinese economic diplomacy in Africa: the lusophone strategy. In: ALDEN, Chris- China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace. C Hurst & Co Publishers Ltd, 2008.

ALVES, Ana Cristina- Chinese Economic Statecraft: A Comparative Study of China's Oil-backed Loans in Angola and Brazil, in: *Journal of Current Chinese Affairs*, 2014.

ALVES, André (2010), "Os interesses económicos da China em África", Boletim de Economia e Política Internacional, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, No 1, Janeiro – Março.

ALVES, Cátia Francisco- Atuação do Investimento Chinês no Mercado Angolano: Estratégia, Impactos e Tendências. 2016. Instituto Superior de Gestão.

BERNARDO, Antonieta Weza Figueiredo- Cooperação Bilateral Angola e China: Mitos e Verdades. 2019. Dissertação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

CAI, Peter. 2017. *Understanding China's Belt and Road Initiative*. © Lowy Institute For International Policy.

CARMO, Hermano; Manuela Malheiro Ferreira- Metodologia da Investigação, Guia para Auto-Aprendizagem. 2ª Edição, 2008. Universidade Aberta. ISBN: 978-972-674-512-9.

COSTA, Cátia Miriam- The world of the Belt and Road Initiative: A Chinese Discourse for the World? In: F. J. B. S. Leandro and P. A. B. Duarte (eds.), *The Belt and Road Initiative*. 2020.

Davies, P., 2007, 'China and the End of Poverty in Africa - Towards Mutual Benefit?' Diakonia and Eurodad Report, Diakonia, Sundbyberg, Sweden.

DO CARMO, Catarina Raminhos- Modo Angola: Impacto da Intervenção da China no Desenvolvimento Socioeconómico de Angola. 2013. Dissertação. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

FERNANDES, C. (2020). A Cooperação Energética China-África: das energias fósseis às energias “limpas”. *R:I / Relações Internacionais*.

FERNANDES, Sofia da Graça Cordeiro- Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas. Tese de Doutoramento. 2015. Instituto Universitário de Lisboa.

FERREIRA, Patrícia Magalhães (2010). Cooperação Sul-Sul: a China em Africa. Anuario de Relações Exterior.

FERREIRA, Patricia Magalhães (2008). Motivações e impactos da China em África. Lisboa: lumiar briefs.

FOSTER, Vivien (2009). Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa. World Bank.

GALANTE, Ângela Mara Duarte- As Zonas Económicas Especiais Chinesas em África. 2014. Dissertação. Universidade de Aveiro.

GIL, António Carlos- Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2005.

Hodges, Tony - Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem. Cascais: Principia, 2002.

HONG-MING, Zhang. A política chinesa na África 2004. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/china/10.rtf>>.

ILHÉU, Fernanda- The Role of China in the Portuguese Speaking Countries: The case of Mozambique. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

JUBRAN, Bruno Mariotto- A política externa da URSS para os três mundos: EUA, China e Índia (1953-1985): Uma proposta de análise multinível. 2017. Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Lu, H., C. Rohr, M. Hafner, and A. Knack. 2018. China Belt and Road Initiative: Measuring the Impact of Improving Transportation Connectivity on Trade in the Region. RAND Corporation. Available at: <
https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR2600/RR2625/RAND_RR2625.pdf>

MENDONÇA, Marina Gusmão- Impactos dos Interesses Petrolíferos nas Relações Comerciais China-África. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, julho de 2011, nº7. Disponível em:< ---<file:///C:/Users/Beatriz/Downloads/88797-Texto%20do%20artigo-126273-1-10-20141215.pdf>>.

MOSS, Todd; ROSE, Sarah. China Exlm Bank and Africa: new lending, new challenges. Center for Global Development: Washington, D.C., Nov/2006.

NARAY, Oliver (2008). Commercial Diplomacy: A Conceptual Overview. VII World Conference of TPOs, Hangu.

NELSON, Sonia Ambrosio de- Expansão econômica e influência da China na Africa, Asia e Pacifico. NEASIA, Núcleo de Estudos Asiáticos. Disponível em:<
file:///C:/Users/Beatriz/Downloads/artigo_soniaanelson271206expansaodachina053.pdf>.

NEY, Joseph S.- Soft Power. *Foreign Policy*, no.80, 1990.

NIQUET, Valérie. China's african strategy (disponível em:
<<https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/0805-Niquet-ANG>>.

OLIVEIRA, Mariana Sandoval; PAIVA, Jaqueline Kosilek de; CARVALHO, Carlos Eduardo; SOUZA, Ana Tereza Marra de — Diplomacia económica da China: o caso de Angola. Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), Jan./Jun. 2013.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de- Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

Peixoto, P. (2016). As fontes de informação. Obtido em 5 de maio de 2021, de Fontes de Informação Sociológica: http://www4.fe.uc.pt/fontes/Fontes_de_Informacao.ppt.

PEREIRA, Rui P.- A nova política da China em África. Abril, 2006. Disponível em:< http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_03RPPereira.pdf >.

PEREIRA, Rui- China e África: uma parceria de cooperação estratégica ou uma (progressiva) relação de dependência? A problemática da dívida africana. *A China e África em ascensão*. Relações Internacionais. N.º 65 (março de 2020).

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANER, Raymond and Yiy, Lichia (2003). “International Economic Diplomacy: Mutations in Post-Modern Times”. Netherlands Institute of International Relations Clingendael, Discussion Papers in Diplomacy, N.º 84, January.

TIAN, Xintong; MENDES, Carmen Amado- As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola. *A China e África em ascensão*. Relações Internacionais. N.º 65 (março de 2020).

Webgrafia:

HADDAD, Kyle- The Asian-African (Bandung) Conference: Fact and Fiction. 2017. Disponível em: < <https://www.blackpast.org/global-african-history/perspectives-global-african-history/asian-african-bandung-conference-fact-and-fiction/>>.

Jornal de Angola- Angola e China alargam avenidas de cooperação. 2018. Consultado em: 10-02-2021. Disponível em: <<https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=414730>>.

Jornal de Angola- Angola e China avaliam cooperação. 2020. Consultado em: 9-01-2021. Disponível em: < <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-e-china-avaliam-cooperacao/>>.

Jornal de Angola- Angola e China reforçam relações de cooperação. 2019. Consultado em: 28-12-2020. Disponível em: < <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=439929>>.

Jornal de Angola- China doa dinheiro a projetos agrícolas. 2019. Consultado em: 28-12-2020. Disponível em: < <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=421262>>.

Jornal de Angola- Empresários chineses apostam no interior do país. 2017. Consultado em: 20-01-2020. Disponível em: < <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=372568>>.

Mercal Consulting Group- Investimento Direto no estrangeiro. Consultado em: 29-04-2021. Disponível em: <<https://mercal.pt/internacionalizacao/investimento-direto-no-estrangeiro/>>.

Novo Jornal- Ministro da Defesa aposta no estreitamento da cooperação com a China para fazer andar projetos prioritários das FAA. 2019. Consultado em: 20-01-2020. Disponível em: < <https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/ministro-da-defesa-aposta-no-estreitamento-da-cooperacao-com-a-china-para-fazer-andar-projectos-prioritarios-das-faa-73370.html>>.

The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation- The China Global Investment Tracker. Consultado em: 29-12-2020. Disponível em: < <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>.

Anexos

Anexo 1- Exportações de Angola entre 2002-2019

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
África do Sul	1,0%	0,4%	1,3%	1,5%	1,8%	3,9%	4,1%	3,2%	3,1%	2,6%	4,2%	2,7%	3,4%	4,3%	5,0%	4,4%	3,1%	1,1%
Canadá	0,0%	1,4%	0,7%	6,0%	5,5%	5,9%	5,2%	5,4%	5,8%	8,7%	5,0%	5,0%	4,6%	3,3%	3,4%	3,5%	1,9%	0,0%
China	17,5%	21,5%	29,8%	24,8%	30,1%	26,4%	29,7%	38,5%	42,8%	37,7%	49,6%	48,3%	48,5%	44,8%	54,2%	62,3%	65,0%	67,6%
EUA	36,4%	38,4%	31,4%	27,2%	31,4%	24,0%	23,3%	19,0%	18,1%	15,9%	8,7%	7,0%	3,5%	3,1%	5,1%	3,0%	3,2%	2,7%
França	7,2%	5,5%	5,2%	7,9%	3,5%	5,2%	5,0%	7,6%	3,7%	3,2%	1,6%	2,0%	3,5%	5,0%	3,5%	1,0%	1,7%	1,6%
Índia	0,0%	3,2%	4,9%	2,3%	2,0%	5,5%	4,3%	9,4%	10,1%	10,7%	10,1%	10,3%	8,3%	8,5%	7,6%	8,6%	8,9%	9,0%
Portugal	0,4%	1,5%	0,0%	0,1%	0,0%	1,0%	0,8%	0,5%	1,8%	2,4%	2,5%	4,7%	3,4%	3,8%	3,1%	0,9%	2,9%	3,5%
Taiwan	6,8%	8,1%	5,6%	4,0%	5,2%	4,2%	2,5%	2,9%	4,8%	8,2%	6,1%	5,3%	4,6%	4,5%	4,4%	4,5%	0,4%	0,6%
Outros	30,7%	19,9%	21,1%	26,1%	20,5%	24,0%	25,1%	13,5%	9,8%	10,6%	12,2%	14,6%	20,1%	22,7%	13,7%	11,8%	15,2%	13,80%

Fonte: Banco de Portugal e Banco Nacional de Angola.

Anexo 2- Importações de Angola entre 2002-2019

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
África do Sul	9,6%	8,7%	6,6%	5,7%	3,9%	4,0%	3,8%	3,8%	3,7%	3,6%	3,8%	3,7%	4,4%	3,4%	3,8%
Bélgica	5,7%	4,8%	5,0%	4,5%	6,4%	7,3%	6,0%	6,7%	5,5%	6,0%	6,6%	6,9%	6,2%	6,4%	6,2%
Brasil	7,9%	8,7%	7,7%	8,2%	6,2%	5,1%	4,2%	4,4%	4,3%	4,4%	4,0%	4,6%	5,6%	3,5%	3,9%
China	6,8%	9,6%	4,3%	10,0%	7,4%	8,5%	7,6%	9,2%	10,1%	12,2%	14,3%	10,8%	13,1%	13,8%	14,0%
EUA	5,7%	6,4%	11,0%	9,1%	10,7%	7,4%	8,2%	5,5%	4,7%	6,8%	6,5%	10,6%	6,5%	4,7%	4,4%
Portugal	18,3%	18,5%	19,3%	17,7%	14,0%	14,5%	15,4%	16,4%	16,4%	15,3%	13,1%	13,2%	16,3%	13,3%	12,9%
Reino Unido	3,9%	3,4%	4,8%	3,6%	4,4%	5,1%	2,9%	2,4%	3,4%	4,0%	3,2%	3,6%	3,3%	2,9%	3,2%
Outros	42,0%	39,8%	41,3%	41,3%	46,9%	48,1%	52,0%	51,7%	51,8%	47,7%	48,6%	46,7%	44,7%	50,4%	51,7%

Fonte: Banco de Portugal e Banco Nacional de Angola.

Anexo 3- Contratos de Construção entre 2005 e 2019

Ano	Mês	Investidor	Quantidade em milhões	Setor
2005	Dezembro	China Communications Construction	\$ 210	Transportes
2007	Dezembro	Sinohydro	\$ 120	Entertainmento
2007	Dezembro	China Railway Construction	\$ 1 830	Transportes
2008	Março	China Railway Engineering	\$ 100	Imobiliária
2008	Junho	CITIC	\$ 2 940	Imobiliária
2008	Outubro	Sinomach	\$ 200	Transportes
2009	Janeiro	Sinomach	\$ 300	Serviços de utilidade Pública
2009	Fevereiro	China Communications Construction	\$ 1 130	Transportes
2011	Janeiro	CITIC	\$ 1 470	Imobiliária
2011	Março	Sinomach	\$ 270	Tecnologia
2011	Abril	Sinomach	\$ 160	Agricultura
2011	Setembro	Sinomach	\$ 240	Outros
2011	Dezembro	Sinoma	\$ 260	Imobiliária

2011	Dezembro	China Railway Engineering	\$ 740	Imobiliária
2012	Maio	Power Construction Corp	\$ 100	Serviços de utilidade Pública
2012	Dezembro	Tebian Electric Apparatus, Power Construction Corp	\$ 800	Energia
2014	Janeiro	Tebian Electric Apparatus	\$ 780	Energia
2014	Agosto	Sinomach	\$ 990	Energia
2015	Dezembro	CITIC	\$ 610	Serviços de utilidade Pública
2016	Fevereiro	China Communications Construction	\$ 830	Transportes
2016	Maio	China Communications Construction	\$ 350	Transportes
2016	Junho	Sinomach	\$ 400	Energia
2016	Junho	China Railway Construction	\$ 120	Serviços de utilidade Pública

2016	Junho	Power Construction Corp	\$ 680	Serviços de utilidade Pública
2016	Agosto	China Communications Construction	\$ 440	Transportes
2016	Agosto	China Railway Engineering	\$ 130	Imobiliária
2016	Dezembro	Power Construction Corp	\$ 360	Serviços de utilidade Pública
2016	Dezembro	China Railway Construction	\$ 190	Transportes
2017	Janeiro	China Railway Engineering	\$ 100	Serviços de utilidade Pública
2017	Janeiro	China Railway Engineering	\$ 160	Transportes
2017	Janeiro	China Railway Engineering	\$ 130	Serviços de utilidade Pública
2017	Junho	China Energy Engineering	\$ 2 770	Energia
2017	Julho	China Communications Construction	\$ 200	Energia

2019	Outubro	Power Construction Corp	\$ 140	Serviços de utilidade Pública
2019	Novembro	Power Construction Corp	\$ 280	Agricultura

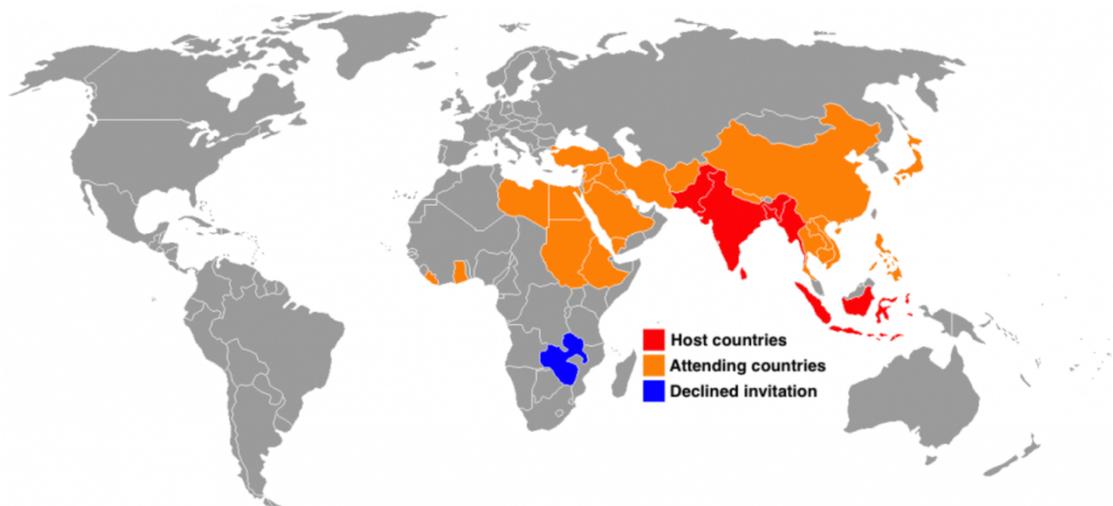
Fonte: The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation.

Apêndices

Apêndice 1- Mapa da Conferência de Bandung

THE ASIAN-AFRICAN (BANDUNG) CONFERENCE: FACT AND FICTION

AUGUST 8, 2017 / CONTRIBUTED BY: [KYLE HADDAD-FONDA](#)



Map of Asian-African (Bandung) Conference participants
(CC BY-SA 2.5)

Fonte: Kyle Haddad-Fonda, 2017.

Apêndice 2- China doa dinheiro a projetos agrícolas

O Governo chinês vai conceder um apoio de 100 milhões de yuans (35.370 milhões de kwanzas) a fundo perdido para o desenvolvimento de projetos agrícolas em Angola, segundo um Decreto Presidencial de segunda-feira.

De acordo com o documento, que torna efetivo o acordo de cooperação de final de 2018, o valor é parte de um montante global destinado à implementação de vários projetos, entre os quais um de Assistência Técnica do Centro de Demonstração da Tecnologia Agrícola.

O acordo de cooperação foi assinado em Pequim, a 9 de Outubro, durante a visita do Chefe de Estado ao país asiático, refere o diploma. O documento indica ainda que o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco Nacional de Angola “devem abrir um livro em nome das respetivas partes” em renminbi - a moeda oficial chinesa - sem juros, para registar “todos os pagamentos referentes às despesas resultantes da doação”.

Ao longo da última década, a China alcançou uma posição proeminente na economia angolana, com as relações sino-angolanas a caracterizarem-se por uma crescente procura chinesa por petróleo e pela necessidade de reconstrução do país.

A cooperação oficial da China com Angola, e com África em geral, é dominada por empréstimos financeiros disponibilizados pelos seus principais bancos para a construção ou reabilitação de infraestruturas.

O Governo chinês estendeu oficialmente linhas de crédito a Angola através de vários dos seus bancos estatais de investimento. A primeira linha de crédito oficial chinesa para Angola data de 2002.

O primeiro empréstimo suportado pelo petróleo foi assinado com o Exim Bank em 2004. Este tipo de assistência financeira levou à compra de bens e à participação de empreiteiros chineses no país. Outras importantes linhas de crédito chinesas para

Angola foram canalizadas através do Fundo Internacional da China (CIF). Entre outros projetos, o CIF esteve envolvido na reabilitação das três linhas ferroviárias nacionais e do novo aeroporto de Luanda.

No sector petrolífero, a participação tem sido conduzida principalmente pelo investimento direto das companhias petrolíferas nacionais chinesas.

Fonte: Jornal de Angola, 2019.

Apêndice 3- Angola e China avaliam cooperação

Angola e a China avaliaram nesta quarta-feira, em Luanda, o estado da cooperação bilateral, com foco no domínio económico.

O assunto esteve à mesa durante uma audiência entre a presidente da Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro, Josefina Pitra Diakite, e o embaixador chinês em Angola, Gong Tao.

Desde 2007, Angola é o maior parceiro comercial da China em África, com um volume de negócios que registou, só em 2010, um total de 24,8 mil milhões de dólares norte-americanos.

Dez anos mais tarde (2017), os valores das trocas comerciais com o gigante asiático ascenderam, no I trimestre, em 61,32 por cento, ou seja, para 5,55 mil milhões de dólares norte-americanos.

A China é atualmente o maior credor de Angola, com base a várias linhas de crédito abertas pelo Governo chinês, através de bancos estatais.

A dívida, paga essencialmente com o valor da venda de petróleo, rondava, até 2019, os 23 mil milhões de dólares. No final de 2018, a China aprovou uma nova linha de financiamento de 2 mil milhões de dólares norte-americanos.

Segundo dados das autoridades angolanas, divulgados este ano, o valor real da dívida de Angola com a China está calculado em 20.1 mil milhões de dólares. Deste valor, USD 10 mil milhões foram para capitalização da petrolífera angolana Sonangol e USD 10.1 mil milhões para financiar vários projetos de investimento. Segundo o embaixador chinês, Gong Tao, que falava à imprensa no final do encontro, as relações entre os dois Estados são excelentes.

O diplomata reafirmou o interesse dos empresários chineses em continuar a investir em Angola, particularmente em sectores como agricultura e pescas." Angola tem apresentado perspectivas positivas, por este facto vários empresários chineses pensam em colocar mais investimentos nas áreas da indústria, agricultura e pescas, a fim de aumentar a produção nacional e contribuir no fomento do emprego.

Fonte: Jornal de Angola, 2020.

Apêndice 4- Ministro da Defesa aposta no estreitamento da cooperação com a China para fazer andar projetos prioritários das FAA

O Ministério da Defesa vai aproveitar a reunião em Luanda do Comité Conjunto de Cooperação para a Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Angola-China para estreitar a cooperação e encontrar apoio para o lançamento de projetos considerados prioritários para as Forças Armadas Angolanas (FAA).

Na abertura dos trabalhos do Comité Conjunto Angola-China, o ministro da Defesa angolano, Salviano Sequeira, perante chefias militares dos dois países, sublinhou o objetivo de consolidação das bases da cooperação com Pequim como forma de conseguir acelerar alguns projetos essenciais.

Em cima da mesa estão projetos de cooperação militar nas áreas do fornecimento e manutenção de equipamentos da indústria de defesa, assistência técnica, formação de especialistas e construção de infraestruturas para as FAA.

Pela parte chinesa, o vice-presidente da Comissão Central de Defesa manifestou, segundo a Angop, a disponibilidade do seu país em manter a cooperação no interesse das partes, embora não tenham sido avançados, como é comum quando as negociações com dirigentes chineses estão a decorrer, quaisquer informações sobre a resposta que Pequim vai dar. A delegação chinesa deixa Luanda quarta-feira.

Força Aérea Nacional e os caças chineses

Como o NJOnline noticiou em Março último, o site especializado na área da defesa africana, DefenceWeb, publicou uma notícia onde coloca como forte possibilidade a aquisição por parte de Angola de um número não especificado de aviões de guerra à China para equipar a sua Força Aérea.

Os aviões em causa, jatos K-8 Karakorum, são um modelo ligeiro de caça fabricados na China e que o gigante asiático já tem estado a vender para países como a Namíbia, a Zâmbia, Sudão, Gana e, entre outros, o Zimbabué.

Tratando-se de um caça ligeiro e de baixo custo, com versão para treino e ataque, o site DefenceWeb, com sede na África do Sul, avança que é para o continente africano que a China tem, quase em exclusivo, exportado este aparelho, cujo custo, segundo algumas fontes citadas pelos media especializados, varia entre os 8 e os 10 milhões de dólares.

O K-8 Karakorum, que é também conhecido por Karakorum-8, na designação para a versão de exportação, conhecida internamente na China por JL-8, é fruto de uma colaboração que remonta à década de 1990, entre a China Nanchang Aircraft Manufacturing Corporation, a Aviation Industry Corporation of China (AVIC) e o Complexo Aeronáutico Paquistanês.

A informação sobre a provável aquisição deste tipo de aparelho para a Força Aérea Nacional de Angola (FAN) resulta de uma fotografia (a que ilustra esta notícia) encontrada pelo DefenceWeb, onde o presidente da AVIC, Luo Ronghuai, surge, durante uma visita à fábrica de Hongdu, com um K-8 em fundo pintado com as cores de Angola e com o símbolo da FAN na cauda.

A partir deste início, o site sul-africano desenvolveu o assunto concluindo que se trata de um aparelho que pode ainda estar em fase de produção ou já preparado para ser despachado para Angola, visto que estava parcialmente sob uma cobertura, sendo apenas bem visível o símbolo da FAN na cauda.

Apesar de Angola ter como fornecedor principal de material aeronáutico a Rússia, a China tem vindo a ganhar algum espaço na exportação de material de guerra para as FAA, nomeadamente veículos como o WM301 antitanque ou o Norinco WZ551, de transporte tropas.

Já em 2017, era então ministro da Defesa o atual Presidente da República, o ministério da Defesa olhava com interesse evidente para a China enquanto parceiro na área da Defesa.

Num encontro em Luanda com o seu homólogo, o ministro chinês da Defesa, João Lourenço lembrava que a cooperação com a China estava a necessitar de uma “abordagem nova e mais dinâmica”.

Embora Angola, disse ainda na ocasião o então ministro da Defesa, tenha “acordos assinados no domínio da defesa e das respetivas forças armadas, com predominância para o acordo de cooperação no domínio da ciência e tecnologia e indústria para a defesa nacional”, dá especial atenção ao facto de pretender o “lançamento efetivo da indústria militar angolana, com parceria de empresas chinesas”.

Fonte: Novo Jornal, 2019.

Apêndice 5- Angola e China reforçam relações de cooperação

O secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Custódio Vieira Lopes, e o vice-ministro do Comércio da China, Qian Keming, assinaram, ontem, em Luanda, um processo verbal, instrumento jurídico que estabelece as linhas orientadoras para o incremento da cooperação nos domínios económico, técnico e comercial.

A assinatura foi antecedida de conversações entre as delegações angolana e chinesa no Ministério das Relações Exteriores, durante as quais se passaram em revista as principais áreas de cooperação entre os dois países no domínio do comércio.

Na abertura das conversações, o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas disse que as relações entre Angola e a China consubstanciam-se no estreitamento dos laços de cooperação e de amizade, desde 1983. Domingos Custódio Vieira Lopes sublinhou que as relações entre os dois países evoluíram para a parceria estratégica que permitiu financiar a execução, por empresas chinesas, de projetos do programa de reconstrução nacional. “Hoje, a disponibilidade para o reforço desta cooperação é cada vez mais patente nos diversos acordos que temos vindo a assinar e neste ato que aqui realizamos”, disse.

O secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas disse que é necessário reforçar as sinergias das estratégias de desenvolvimento.

O reforço das sinergias, referiu, ganha dimensão maior com a interligação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 e as “Oito Ações” da Iniciativa Chinesa “Uma Faixa e Uma Rota”.

Domingos Custódio Vieira Lopes frisou que Angola continua engajada na conceção de políticas que permitam a implementação de estratégias de aproveitamento das “Oito Ações”.

“É nosso entendimento que a Comissão Orientadora da cooperação económica e comercial deve reunir-se para, entre outros assuntos definir áreas, projetos

prioritários, bem como coordenar, dissipar problemas e dificuldades decorrentes dessa cooperação”, disse, sublinhando que a China tem-se assumido como parceiro seguro nas relações com Angola.

O vice-ministro do Comércio da China, Qian Keming, lembrou que Angola é o segundo maior destino dos produtos chineses em África e que “há, cada vez mais, interesse das empresas chinesas em querer investir na agricultura”.

Acrescentou que a Fábrica de Cimento da empresa CITIC já funciona em Angola. “A cooperação trouxe benefícios reais às duas partes”, disse. “É necessário resolver as questões e dificuldades que possam existir na relação de cooperação entre Angola e a China”, acrescentou.

Qian Keming sublinhou que, no ano passado, os Presidentes de Angola e da China, Xi Jinping e João Lourenço, deram passos importantes no sentido de os dois países celebrarem um acordo de proteção recíproca de investimentos. “A parte chinesa está disposta a acelerar o processo para dar proteção legal aos investimentos chineses”, referiu.

Desde 2015, sublinhou, a China criou bolsas de estudos e que já foram beneficiadas 700 pessoas. Depois da assinatura do processo verbal, Domingos Custódio Vieira Lopes e Qian Keming trocaram lembranças.

Fonte: Jornal de Angola, 2019.

Apêndice 6- Angola e a China alargam avenidas de cooperação

Autoridades angolanas e da República Popular da China assinam hoje, em Pequim, três acordos, entre os quais um para evitar a dupla tributação e outro sobre cooperação económica e técnica, além de um memorando de entendimento sobre recursos humanos, em cerimónia a ser testemunhada pelos Presidentes dos dois países, João Lourenço e Xi Jinping.

Desde ontem em Pequim, para a sua primeira visita de Estado à China, o Presidente João Lourenço testemunha igualmente, com o seu homólogo Xi Jinping, a assinatura do acordo sobre uma linha de crédito entre o Banco de Desenvolvimento da China e o Ministério das Finanças de Angola.

A visita de João Lourenço à China e os acordos a serem assinados hoje são vistos como “prova da urgência e importância” que o Presidente angolano deposita nas questões de investimento para colocar a economia angolana a crescer, a criar postos de trabalho e produzir bens para satisfazer as necessidades internas e, depois, para exportar.

A visão é reforçada com o facto de João Lourenço ser o primeiro Chefe de Estado africano a regressar a Pequim um mês depois do Fórum de Cooperação China-África (Focac), que juntou o Presidente Xi Jinping, os líderes africanos e o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, para avaliar novos rumos para a cooperação e desenvolvimento do continente e do gigante asiático. Ao lançar a cimeira do Focac, a China anunciou um pacote de 100 mil milhões de dólares para cooperar com África. Sem perder tempo, na altura, o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, revelou negociações entre as autoridades angolanas e chinesas para definir um novo quadro geral de cooperação financeira.

O argumento era reforçado com a presença, pela segunda vez, num espaço de um mês, do ministro das Finanças, Archer Manguera. Algumas fontes chegaram a dar como certas negociações para um empréstimo de 11

mil milhões de dólares, para financiar vários projetos, principalmente de estradas e energia.

O valor real negociado deve ser revelado hoje, quando for assinado o acordo sobre a linha de crédito do Banco de Desenvolvimento da China. Esta nova facilidade de financiamento surge numa altura em que o acumulado da dívida (stock) com a China está calculado em cerca de 23 mil milhões de dólares.

Histórico da cooperação

Com relações desde 1983, os dois países são incentivados pelo nível alcançado no comércio bilateral.

Mais de 250 mil chineses trabalham em Angola, principalmente na construção e reparação de infraestruturas, como caminhos-de-ferro, estradas e habitações. Para Angola, a China é o maior parceiro comercial, enquanto, para os chineses, Angola é o segundo em África, apenas atrás da África do Sul. No ano passado, os chineses compraram de Angola mercadorias (principalmente petróleo) no valor de 22,34 mil milhões de dólares e venderam aos angolanos o equivalente a 2,2 mil milhões de dólares.

Entre os países de língua portuguesa, Angola foi o segundo que mais comprou e vendeu à China, com trocas comerciais bilaterais a totalizar, nos primeiros sete meses deste ano, 15,82 mil milhões, uma alta anual de 18,28 por cento. Só em Julho, o comércio bilateral atingiu 2,32 mil milhões, um crescimento de 22,05 por cento em relação a Junho. Angola foi apenas superada pelo Brasil, mas ficou à frente de Portugal. O comércio entre a China e os países de língua portuguesa atingiu 82,15 mil milhões de Janeiro a Julho, um aumento de 21,5 por cento.

Na vertente empresarial, empresários angolanos, chineses e de outros países africanos analisaram, em Pequim, à margem da cimeira do Focac, formas de ultrapassar as dificuldades que, há dois anos, quando foram criadas as câmaras bilaterais de comércio, impedem o investimento comum. Empresários angolanos, líderes dos

sectores bancário, de energia, consultoria empresarial e financeira, bem como diplomatas, analisaram formas para eliminar barreiras, investir no crescimento do continente africano e atrair também empresários africanos ao mercado chinês.

Visita à Huawei

Amanhã, no segundo dia da visita, o Presidente João Lourenço vai ao Centro Tecnológico da Huawei Technologies, uma multinacional de equipamentos para redes e telecomunicações, com mais de uma centena de filiais em todo o Mundo.

No mês passado, o vice-presidente da companhia foi recebido, em Luanda, pelo Presidente João Lourenço, a quem manifestou o interesse em reforçar o investimento em Angola, no domínio das tecnologias de informação e no fornecimento de soluções tecnológicas nas áreas económica e social do país.

Na altura, chegou-se mesmo a aventar a hipótese de a multinacional criar, em Angola, um centro tecnológico de referência para a montagem de smartphones (telefones inteligentes), computadores e equipamentos.

Novas regras na tributação

Com o fim da dupla tributação, por exemplo, o chinês que exerce a atividade em Angola, mas tem residência na República Popular da China, deixa de ser tributado duas vezes, com base na residência, num país, e o outro, no caso Angola, a tributar com base no local de exercício de atividade.

O mesmo acontece com as empresas. Através destes acordos, os beneficiários podem ainda escolher o ordenamento jurídico do Estado mais vantajoso para pagar os seus impostos.

Acordo do género foi assinado no mês passado com Portugal, no âmbito da visita a Angola do primeiro-ministro português, António Costa.

Estes acordos normalmente representam vantagens na proteção recíproca de investimentos feitos por empresários de países comuns.

Embaixador considera “atrativo” clima de negócios no país

O trabalho de melhoria do ambiente de negócios em Angola, iniciado há um ano pelo Presidente da República, João Lourenço, parece começar a dar resultados.

O embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, fala em “várias solicitações recebidas” desde que, há um mês, durante o Fórum de Cooperação China-África, o Presidente João Lourenço apresentou o novo quadro de investimento e apelou aos empresários para apostarem em Angola. João dos Santos Neto afirmou que os empresários estão animados pela nova Lei do Investimento Privado, Lei da Concorrência, facilitação de vistos e o reforço do poder judicial em Angola, para o combate aos crimes económicos e à corrupção.

“Na Embaixada, sentimos esta manifestação de interesse da parte de muitos empresários chineses para investir em Angola”, disse o diplomata angolano, sublinhando a importância dos novos acordos, como o acordo para evitar a dupla tributação, no aumento dos negócios entre os dois países.

Angola tem mostrado abertura em áreas como a Agricultura e Pecuária, Pescas, Hotelaria e Turismo, Indústria transformadora e materiais de construção, refinação e distribuição de derivados de petróleo e gás natural, construção e operacionalização de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias, além da produção, distribuição e gestão de energia elétrica e águas.

O embaixador João Salvador Neto revelou no mês passado, em Pequim, que, num espaço de cinco meses, a representação diplomática chegou a receber mais de duas dezenas de empresários chineses que pretendem investir em Angola.

Fonte: Jornal de Angola, 2018.

Apêndice 7- Empresários chineses apostam no interior do país

O Governo da República Popular da China pretende investir na província do Cuando Cubango nos sectores da Agricultura, Infraestruturas e no ramo da Hotelaria e Turismo, tendo em vista o grande potencial que a região oferece.

A intenção foi manifestada quinta-feira, na cidade de Menongue, pelo embaixador da China em Angola, Cui Aimin, durante um encontro de cortesia com o governador local, Pedro Mutindi.

Durante uma visita de algumas horas à província, o diplomata chinês anunciou, para o mês de Março, um fórum empresarial, na cidade de Menongue, que vai contar com a participação de empresários chineses e angolanos, com vista à captação de financiamento para investir em vários projetos socioeconómico na região.

O diplomata explicou que a sua visita teve como objetivo principal conhecer a realidade e o grau de desenvolvimento da região e posteriormente apresentar ao Governo da Província as principais áreas que o seu país vai investir, no quadro da cooperação que a China tem com Angola.

“Temos o propósito de aprofundar a cooperação com Angola e, em particular, com a província do Cuando Cubango, para auxiliar na concretização do programa da diversificação da economia do país e ajudar a enfrentar a presente crise financeira, derivada da queda do preço do petróleo no mercado internacional”, disse.

Para o embaixador a cooperação de investimentos entre os dois Estados necessita de mais divulgação das potencialidades da região do Cuando Cubango, para que as empresas chinesas ou de outros países conheçam a realidade. Cui Aimin apelou para o governo da província melhorar alguns aspetos, entre os quais a adoção de políticas favoráveis de inspeção dos serviços acordados e o favorecimento de um ambiente seguro entre as duas partes.

Para o governador da província, a China sempre foi um forte parceiro de Angola, que disponibilizou recursos para erguer as infraestruturas fundamentais para recompor o país. Pedro Mutindi lembrou que Cuando Cubango, a segunda maior província de

Angola depois do Moxico, é detentor de terras aráveis e recursos naturais em abundância como água, ouro, cobre, diamantes e a madeira, sendo o que falta neste momento são investimentos para a sua exploração.

O coordenador provincial da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado, João Fernando Mucanda, disse que a sua instituição vai envidar todo o esforço necessário para que todos os projetos do governo chinês no Cuando Cubango sejam materializados.

“Por isso, vamos elaborar uma carta de intenção que será enviada a embaixada chinesa para que seja possível o Governo da China trazer para a região empresários no quadro do fórum empresarial que será realizado na província”, disse.

Na província do Bié, o embaixador da República da China anunciou, quarta-feira, na cidade do Cuito, o reforço da cooperação com o governo local nos domínios da indústria têxtil, agropecuária, assim como na formação de recursos humanos e na saúde pública.

Potencial económico

Cui Aimin, que chefiou uma delegação chinesa, que realizou um estudo de investigação sobre o potencial económico e o real desenvolvimento da província e identificar oportunidades de negócios para investimentos do gigante empresariado asiático, manteve um encontro de auscultação com o governador do Bié, Álvaro Manuel Boavida Neto, assim como com os responsáveis dos sectores económico e produtivo da província e empresários locais.

À saída do encontro, o diplomata chinês disse à imprensa que a sua visita materializa o consenso de ajuda económica e financeira assinado entre os Presidentes da República da China e de Angola. Cui Aimin afirmou que a cooperação bilateral China-Angola atingiu novo pico de interesse recíproco e que a província do Bié oferece condições naturais e humanas propícias para se desenvolverem os sectores produtivos.

O embaixador garantiu apoio do governo chinês ao desenvolvimento dos projetos em curso na província e defendeu maior intercâmbio, diálogo e troca de

experiência entre os empresariados do Bié e de outras fronteiras. Cui Aimin anunciou para o primeiro semestre deste ano a reunião orientadora de investimentos entre os dois países, para avaliar a proximidade e a unidade de cooperação. O evento, assegurou, vai decorrer com as presenças de delegações dos respetivos governos.

O embaixador da China em Angola expressou, por outro lado, a confiança total no prosseguimento dos projetos rubricados entre os dois Estados, que visam tão somente desenvolver uma economia robusta e sustentável.

O governador do Bié considerou oportuna a visita do embaixador e assegurou que cimeta a certeza da materialização dos projetos com financiamento do crédito chinês, e abre porta de oportunidades para o empresariado local. Boavida Neto encorajou as instituições e singulares a desempenhar esforços tendentes a impressionar a vinda de mais investimentos e empresários estrangeiros.

Fonte: Jornal de Angola, 2017.